

# **CARTA CONSULTA À COFIEX**

**Programa de Expansão e  
Modernização do Sistema  
Elétrico da Região Metropolitana  
de Porto Alegre e Área de  
Abrangência da CEEE  
Distribuição**

**PRÓ – ENERGIA RS  
Distribuição**

Porto Alegre, Dezembro de 2009.

## Índice

APRESENTAÇÃO	4
1. Informações Gerais da Proposta	11
1.1 Título do Projeto	11
1.2 Título Abreviado do Projeto	11
1.3 Custo Total e fontes de recursos	11
1.4 Prazo de Execução	11
1.5 Moeda e Taxa de Câmbio	12
2. Justificativas e Apresentação da proposta	13
2.1 Justificativas	13
2.1.1 Descrição da Situação Problema	13
Situação Problema do Sistema Elétrico de Distribuição	13
Situação Problema do Sistema Corporativo de Gestão	20
2.1.2 Justificativa para a Solicitação de Financiamento Externo	21
2.1.3 Justificativa para a Escolha da Fonte Externa	23
2.2 Apresentação da Proposta	25
2.2.1 Objetivo(s) Geral(is)	25
2.2.2 Objetivos específicos	25
Objetivos específicos das Obras no Sistema Elétrico de Distribuição	25
Objetivos específicos da Modernização do Sistema Corporativo de Gestão	25
2.2.3 Localização	26
2.2.4 Beneficiários	27
Beneficiários com as Obras no Sistema Elétrico de Distribuição	27
Beneficiários com a Modernização do Sistema Corporativo de Gestão	27
2.3 Implantação da Proposta	28
2.3.1 Medidas Prévias à Execução de Ações Previstas no Projeto	28
2.3.2 Ações Previstas para Implementação do Projeto	29
Componente A	29
Componente B	30
Componente C	30
Componente D	30
Componente E	30
Componente F	31
2.3.3 Ações e Etapas Relativas ao Projeto já Realizadas ou em Realização	31
3. Informações específicas relativas à proposta	32
3.1 Arranjo Institucional	32
3.2 Repasse de Recursos	38
3.3 Participação da sociedade civil, comunidades e/ou setor privado	38
3.4 Gastos com Consultoria, Assistência Técnica e Estudos	43
3.5 Operacionalização do Investimento	43
3.6 Ônus e Benefícios decorrentes dos projetos	43
3.7 Impacto Ambiental	44
4. Informações sobre o Mutuário, Executor e Co-Executor (es)	45
4.1 Informações sobre o Mutuário	45
4.1.1 Identificação do Mutuário	45

4.1.2 Experiências do Mutuário com Organismos Financeiros Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras.	45
4.1.3 Informações sobre o Mutuário	45
Projeções Econômico-Financeiras	50
Análise dos Resultados da CEEE-D	54
4.1.4 Indicação de Contragarantias	59
4.2 Informações sobre o Executor e Co-Executore(es)	60
4.2.1 Identificação do Executor	60
4.2.2 Identificação de Co-Executor (es)	60
4.2.3 Experiências do executor e do(s) co-executor(es) com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras	60
4.2.4 Ações necessárias para fortalecimento institucional do executor e do(s) co-executor (es)	60
5. Detalhamento Físico-Financeiro das Propostas	61
5.1 Cronograma Anual Físico Financeiro	61
6. Responsáveis pelo Contato com a Secretaria Executiva da COFLEX	61
7. ANEXOS	62
QUADRO I	63
QUADRO II	64
Quadro III - Cronograma Físico Financeiro	65
Quadro de Usos de Recursos – CEEE D	66

## **APRESENTAÇÃO**

### **O GRUPO CEEE E SUA HISTÓRIA: Uma trajetória marcada pelo pioneirismo**

Até 1910 a energia produzida no Estado provinha de termelétricas, tendo como fonte o carvão mineral. Em 1911, surge a primeira usina hidrelétrica em território gaúcho, que contava com dois grupos de geradores de 164 kW cada e se localizava no rio Taquari, tendo funcionado de 1912 até 1955.

Em 1928, Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEERG), já controlada por estrangeiros, inaugurou Usina Termelétrica do Gasômetro, com 10.000 kW, fornecidos por dois grupos geradores. Contava com cais próprio para o desembarque do carvão mineral, o combustível utilizado para movimentar as máquinas.

A UHE Toca é a mais antiga em operação no Estado. Encampada pela CEEE em 1947, possui duas unidades geradoras com turbinas do tipo Francis horizontal de 0,55 MW.

A década de 40 se caracterizou por escassez de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Entre as causas, estavam os baixos investimentos por parte das empresas estrangeiras e o aumento da industrialização e da urbanização pós-30. O parque industrial gaúcho deixara de ser formado apenas por indústrias de bens de consumo, o que demandava maior consumo de energia.

Na década de 40, a capacidade total instalada era de 65.576 kW (a quarta posição nacional), para o total do país de 1.243.877 kW. Havia 313 usinas gaúchas (172 termelétricas, 137 hidrelétricas e quatro mistas) e um total de 273 empresas. Mas a variedade não significava melhores serviços ou tarifas baratas. Cada município determinava seu sistema tarifário e de distribuição.

### **Surge a CEEE**

Em 1º de fevereiro de 1943, o Decreto- Lei Estadual nº 328, criou a Comissão Estadual de Energia Elétrica, precursora da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Subordinada à Secretaria de Obras Públicas, essa

Comissão tinha como objetivo promover o aproveitamento dos potenciais hidráulicos e reservas carboníferas.

A CEEE começou tendo à frente Noé de Mello Freitas como engenheiro-chefe. As concessões hídricas feitas à prefeitura de São Leopoldo, nos rios Santa Cruz e Santa Maria, foram as primeiras absorvidas pelo novo órgão. O governo estadual também recebeu autorização da União para construir linhas de transmissão no território gaúcho. Quando da criação da Companhia, a economia gaúcha vinha de períodos ruins, entre 1943 e 1948, com o PIB crescendo apenas 1% a 1,8% e as concessionárias não investindo no setor.

Por meio da CEEE, tendo o engenheiro Noé como idealizador, em 1945, o governo estadual levou o seu Plano de Eletrificação ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) e ao Ministério da Agricultura, onde recebeu aprovação.

Em uma primeira etapa, o Plano preconizava a instalação de cerca de 40.000 kW, a serem distribuídos em 16 pequenas usinas. Em 1948, era inaugurada a primeira unidade geradora de energia elétrica – a Usina do Passo do Inferno – totalmente projetada e construída pela CEEE, seguindo-se as hidrelétricas Forquilha, Ijuizinho, Touros, Saltinho, Ivaí, Santa Rosa, Guarita, Pirapó, Capiguí, Ernestina, Bugres e Canastra. Foi concretizada, também, a primeira etapa da termelétrica de São Jerônimo. Em 1947-1948, diante dos “penosos racionamentos”, começou a funcionar em Porto Alegre a Usina de Emergência da CEEE, quebrando o monopólio da CEERG.

No final de 1954, o Plano de Eletrificação havia instalado 130.000 kW, o que significou um acréscimo de 85% em oito anos. Em 1956, entrou em operação a UHE Canastra, no Sistema Salto, com 33 MW, atualmente com 42,5 MW.

Com base no trabalho realizado, a CEEE encaminhou ao governo estadual as justificativas para dar seguimento à segunda etapa, que previa sistemas de transmissão mais longos.

A intenção era acrescentar mais de 100 mil kW ao total do Estado, com a construção de usinas hidrelétricas e termelétricas de maior porte, entre as quais Jacuí e Candiota (termelétrica da União).

Na região Sul, a CEEE pretendia explorar as jazidas de carvão mineral de Hulha Negra para construir uma central termelétrica.

Na década de 50, havia dificuldade em obter recursos financeiros, tanto estaduais quanto em nível federal. Por isso, sofreram atraso obras de grande porte. Com recursos federais, do BNDE, foi possível concluir grandes empreendimentos: Charqueadas e a hidrelétrica do Jacuí, ambas em 1962.

### **As Transformações Econômicas a partir da década de 1950**

A partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a economia brasileira passaria por uma mudança estrutural, priorizando a indústria de base, infra-estrutura e ramos industriais modernos (metalurgia, material elétrico, transporte, comunicações).

O Rio Grande do Sul, embora não beneficiado diretamente, começou a produzir bens intermediários para o Rio de Janeiro e São Paulo, como máquinas agrícolas e máquinas em geral.

Assim, por volta dos anos 1960 e início dos anos 1970, o Estado do Rio Grande do Sul criou mecanismos e instituições de apoio ao desenvolvimento econômico e social, como a Caixa Econômica Estadual e, em cooperação com os governos de Santa Catarina e Paraná, o BRDE – Banco de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul.

Em 1958, terminaria o contrato de concessão com a CEERG, com o risco de não ser renovado. Mas a Companhia não se dispunha a realizar novos investimentos, a menos que o governo aceitasse suas exigências de liberação das tarifas e concessão por mais 35 anos.

Assim, através do Decreto nº 10.466, de 11 de maio de 1959, foram encampados os contratos de concessão e declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens aplicados pela Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas.

A década de 60, em âmbito nacional, significou grandes mudanças no setor elétrico, que passou a ser considerado bem público e promotor do

desenvolvimento nacional. Nesse contexto, foram criados o Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás.

Em 1961, o então governador Leonel Brizola foi autorizado a criar uma sociedade por ações para os serviços de eletricidade, a qual foi efetivamente criada em 19 de dezembro de 1963, passando a denominar-se Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado.

Em 1965 o governo federal passou a estatizar os serviços de energia elétrica. Ao final da década de 70, todas as concessionárias do setor de energia elétrica já tinham capital nacional. No início dos anos 70, o consumo de energia elétrica crescia a uma média de 15% ao ano.

Em 1962 começou a operar a UHE Leonel de Moura Brizola, com capacidade de 180 MW. Em 1973, foi inaugurada a UHE Passo Real de 158 MW e a UHE Itaúba de 500 MW em 1978.

Para escoamento da energia do complexo energético do Rio Jacuí para a Região Metropolitana de Porto Alegre, a CEEE construiu um conjunto de linhas de transmissão e subestações em 138 e 230 kV.

Nos anos 90, começou a tomar forma um novo modelo para o setor energético brasileiro. A privatização foi proposta em 1992, no Plano Nacional de Desestatização (PND) do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), que definiu como prioridade a venda das empresas distribuidoras, majoritariamente controladas pelos governos estaduais. O modelo favorecia a entrada da iniciativa privada no setor.

A CEEE passou por diversas mudanças, ao mesmo tempo em que eram construídas novas usinas, para atender ao crescimento da população e da economia. Até 1997, a CEEE controlou a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, quando sofreu reestruturação, mantendo os segmentos de geração e transmissão, além da distribuição no Sul-Sudeste do Rio Grande do Sul. Cerca de dois terços da área de distribuição foram privatizados, surgindo outras duas concessionárias privadas que passaram a atuar entre os gaúchos.

## **Privatização**

Em 1996, o poder executivo estadual foi autorizado a fazer a reestruturação societária e patrimonial da CEEE. A maior mudança no desdobramento foi o surgimento de três empresas na parte de distribuição: 1) a Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica; 2) a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica; 3) a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica.

No dia 21 de outubro de 1997, ocorreu o leilão de privatização na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), em Porto Alegre, no qual a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica foram adquiridas por capital privado. A Centro-Oeste foi vendida à AES Guaíba Empreendimentos Ltda., pertencente ao grupo AES Corporation (dos EUA), por R\$ 1,51 bilhão, e a Norte-Nordeste foi adquirida pelo consórcio formado pela VBC (Votorantim, Bradesco e Camargo Correa), Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) e pela norte-americana CEA – Community Energy Alternatives, por R\$ 1,63 bilhão. A Centro-Oeste alterou sua razão social para AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A e a Norte-Nordeste passou à denominação de Rio Grande Energia S/A. Desta forma, dois terços da área de Distribuição deixaram de pertencer à estatal CEEE.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, em 1997, abastecia com energia elétrica 99,2% das residências urbanas e 84% das economias rurais, fazendo com que o Estado alcançasse um dos mais altos índices de eletrificação rural do país.

Quando da privatização da concessionária gaúcha, foi constituída a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. A nova empresa incorporou ao seu patrimônio as usinas termelétricas da CEEE, como: a Presidente Médici, conhecida como Candiota II (446 MW), a São Jerônimo (20 MW) e a Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - Nutepa (24 MW). No ano seguinte, o controle acionário da CGTEE foi transferido para a União como parte da renegociação da dívida do Estado. E, em 2000, a Eletrobrás adquiriu a



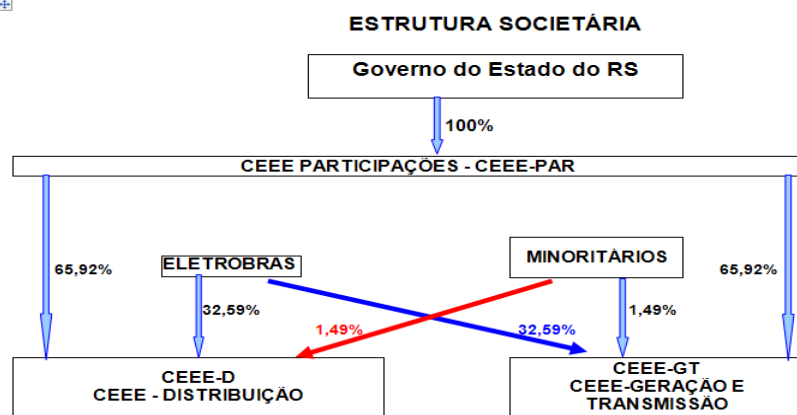
participação da União na CGTEE, passando a ter 99,94% das ações da empresa, integrada ao Grupo Eletrobrás.

### **Desverticalização**

Em 2004, o Novo Modelo do Setor Elétrico impunha novas regras, assim, uma empresa de distribuição de energia não poderia mais exercer atividades de geração, transmissão e venda de energia a consumidores livres. Como a CEEE era verticalizada, ou seja, possuía atividades de distribuição, geração, transmissão e venda de energia, para adequar-se à lei, ela deveria desverticalizar-se, criando, no mínimo, mais uma empresa, para separar a distribuidora de energia das demais.

Em 13 de setembro de 2006, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 12.593, autorizando a reestruturação societária e patrimonial da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, com a finalidade de segregar as atividades de distribuição de energia elétrica das demais atividades por ela exercidas, mediante alteração de sua denominação e constituição de duas outras sociedades. A Lei estabelece:

- a) criação de uma holding, denominada Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – **CEEE-Par**, controladora das duas sociedades referidas nos itens seguintes;
- b) alteração da denominação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE –, para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – **CEEE-GT**;
- c) uma sociedade por ações, controlada, de distribuição de energia elétrica, denominada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – **CEEE-D** –, a qual será resultante da cisão parcial da atual Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. A estrutura societária está demonstrada abaixo:



A CEEE-PAR empresa tem como objetivo participar de outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como desenvolver atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos.

Em 26 de outubro, através de uma Assembléia Geral de Constituição, a CEEE-Par foi declarada formalmente constituída. Nessa ocasião, foram eleitos os conselheiros de Administração e Fiscal da Companhia. Em 27 de novembro, em uma Assembléia Geral Extraordinária de acionistas, ocorreu a constituição formal da Companhia de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, ficando estabelecido que a empresa devesse iniciar as atividades previstas a partir do dia 1º de dezembro de 2006. Foi aprovada a mudança de denominação social da CEEE para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT.

A CEEE-D integra o Grupo CEEE, com um faturamento anual superior a R\$ 3 bilhões e mais de 4 mil funcionários. O Grupo CEEE situa-se como o 29º maior da Região Sul, possui a 5ª maior receita bruta do setor de energia da Região Sul, é o 9º maior do Rio Grande do Sul, apresentando a 6ª maior receita bruta e o 18º maior patrimônio líquido do Estado.

## 1. Informações Gerais da Proposta

### 1.1 Título do Projeto

Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE Distribuição

### 1.2 Título Abreviado do Projeto

Pró-Energia RS - Distribuição

### 1.3 Custo Total e fontes de recursos

QUADRO DE CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	Valores U\$ x 1000	%
<b>FONTE EXTERNA</b>	<b>119.260,88</b>	<b>60,0%</b>
OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO DE DISTRIBUIÇÃO	95.440,88	48,0%
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CORPORATIVO DE GESTÃO	21.420,00	10,8%
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	2.400,00	1,2%
<b>FONTE INTERNA</b>	<b>79.507,26</b>	<b>40,0%</b>
OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO DE DISTRIBUIÇÃO	63.627,26	32,0%
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA CORPORATIVO DE GESTÃO	14.280,00	7,2%
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1.600,00	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>198.768,14</b>	<b>100%</b>

### 1.4 Prazo de Execução

O prazo de execução do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE-D, contemplado no cronograma ora apresentado é de 5 anos.

## **1.5 Moeda e Taxa de Câmbio**

Neste momento, quando estamos encaminhando nossa Carta Consulta, a nossa opção é por um empréstimo na moeda US\$ dólar (dólar dos Estados Unidos da América), com taxas pós fixadas, de acordo com o Mercado, opção sempre mais segura e conservadora.

Porém, fomos informados que alguns organismos financeiros internacionais, entre eles, o BID, nosso agente financiador eleito, quando da ocasião das negociações formais dos termos contratuais, isto é, ao término de toda a etapa de Preparação dos Projetos, tem oferecido uma grande e variada gama de opções para se contrair o empréstimo.

Em termos de moedas, os empréstimos podem tanto ser em cesta de moedas, como em moeda específica, neste caso, valendo, pelo menos, o dólar dos Estados Unidos da América (US\$), o Euro, o franco suíço, o yen japonês, etc. Já, no que se refere às taxas ou modalidades de amortização, pode-se pensar em taxas pós-fixadas, taxas pré-fixadas e taxas vinculadas à “Libor”, aumentadas de algum overhead, etc. É importante referir que, atualmente, existe uma nova opção, ou seja, a hipótese de se processar a operação em Reais (R\$), nova opção ofertada pelos Agentes Financeiros Internacionais, opção que considera esta nova configuração econômica internacional e a inserção do nosso país na mesma. Esta possibilidade será considerada pela nossa Instituição, desde que a proteção contra a variação cambial (operação de swap), sempre necessária nestes casos, não inviabilize a sanidade financeira da operação. Casos anteriores de “swap” inclusive no nosso Estado, envolvendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, fizeram as taxas anuais crescerem 8 (oito) pontos percentuais por ano.

Assim, neste momento, de apresentação da Carta Consulta, estamos optando pelo dólar norte-americano, com taxas pós-fixadas, sem renunciar ou abrir mão da oportunidade que, certamente teremos, de definir tanto a moeda como a modalidade de pagamento, na ocasião das negociações formais. Finalmente, para os fins da resposta efetiva, em princípio, o

financiamento junto ao BID será contratado em dólar, hoje com o seguinte câmbio: **(1 US\$ = R\$ 1,80)**

## **2. Justificativas e Apresentação da proposta**

### **2.1 Justificativas**

#### **2.1.1 Descrição da Situação Problema**

O crescimento da demanda de energia tem correlação com os índices de crescimento econômico do País. Mesmo com a queda do crescimento econômico, a necessidade de expansão dos negócios de energia continua exigindo das empresas forte aporte de recursos, próprios e de terceiros.

As instalações da CEEE-D, linhas, subestações, redes de distribuição e necessitam permanentemente adequar a sua capacidade às exigências de mercado, evitando operar com elevado índice de carregamento e níveis de confiabilidade abaixo dos padrões exigidos pela sociedade e órgão regulador. Em vista disso, há necessidade de melhoria da qualidade no fornecimento de energia e da redução de perdas técnicas, associado a obrigatoriedade de atendimento do crescimento de carga na área de concessão, dentro de padrões adequados.

Neste sentido, estas instalações necessitam ser modernizadas para adequá-las aos novos requisitos de qualidade exigidos pelo mercado e pelo órgão regulador (ANEEL).

O volume dos investimentos para atendimento dessa exigência são extremamente elevados, fazendo com que as concessionárias de distribuição de energia elétrica necessitem buscar junto ao mercado financeiro recursos para financiar suas obras.

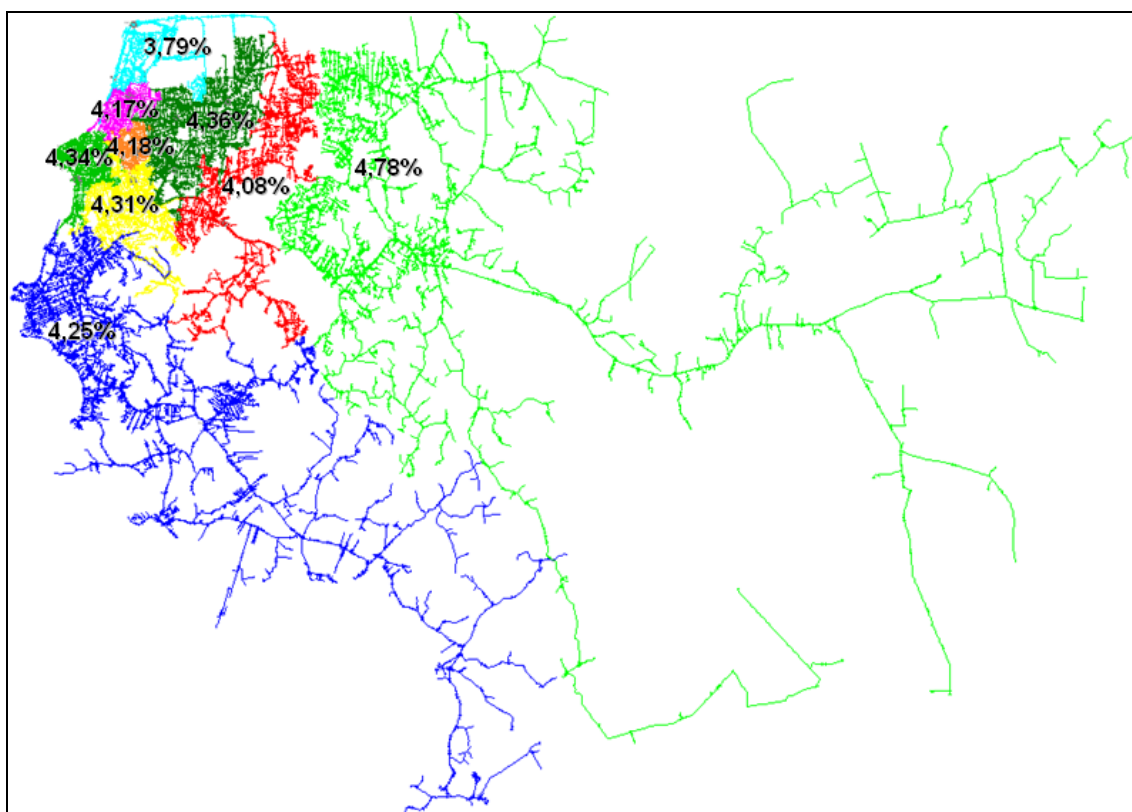
#### **Situação Problema do Sistema Elétrico de Distribuição**

Especificamente quanto ao atendimento da região metropolitana de Porto Alegre enfocamos os seguintes aspectos.

A Região Metropolitana de Porto Alegre compreende os municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão. Atualmente nesta região os transformadores de fronteira com a rede básica operam com carregamentos elevados e em alguns casos próximos ao valor nominal. A carga da região perfaz cerca de 60 % do total da CEEE-D.

No sistema de subtransmissão da CEEE-D os maiores problemas estão relacionados ao elevado carregamento de linhas e transformadores próprios.

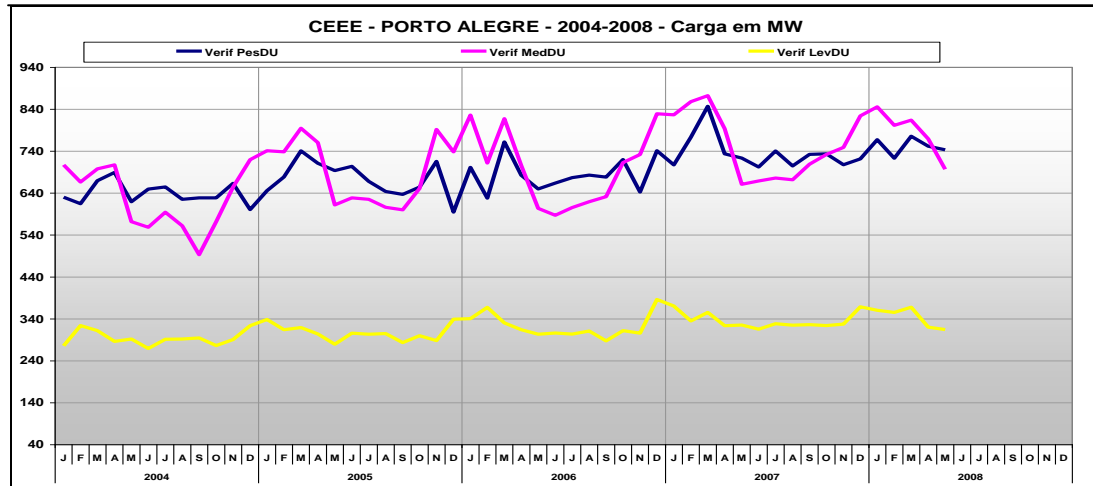
Na figura a seguir são demonstradas as taxas de crescimento por sub-áreas.



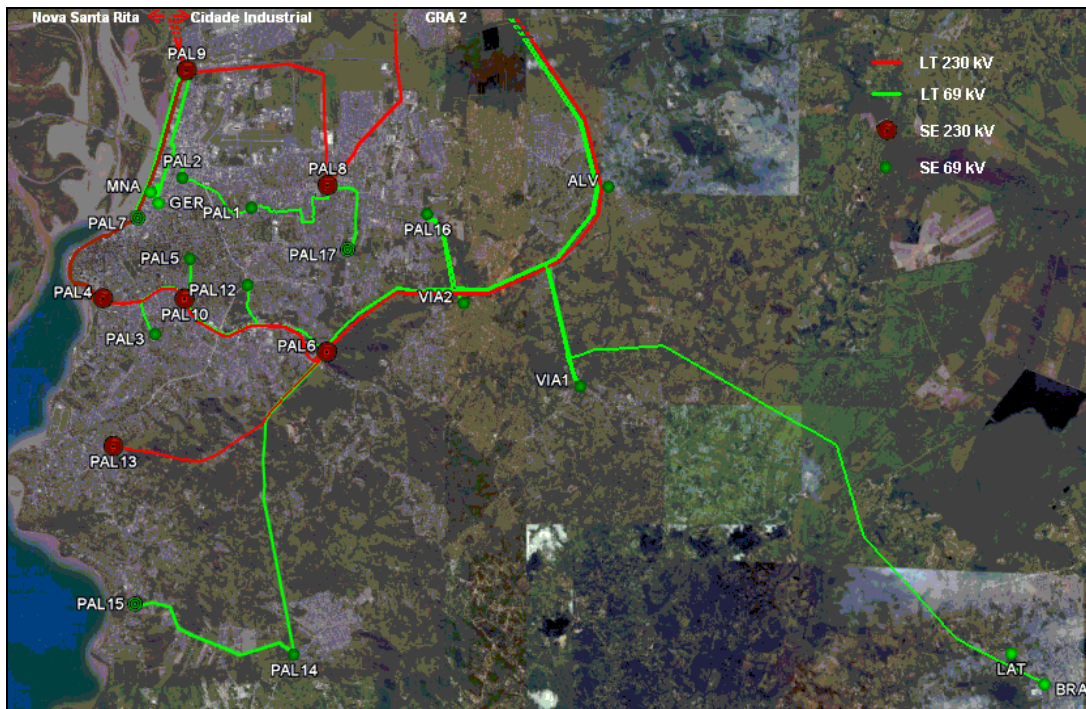
**Sub-Áreas de Mercado e Taxas de Crescimentos**

Como pode ser verificado no gráfico abaixo, as demandas máximas na região ocorrem nos meses de verão, mais freqüentemente em março ou abril. Período posterior aos meses preferenciais de férias, quando o comércio e a

indústria retomam plenamente suas atividades e ainda se verificam altas temperaturas.



### Demandas globais verificadas por patamar de carga - Região Metropolitana



### O Sistema Atual da Região Metropolitana de Porto Alegre

A região é suprida basicamente por linhas de 230 KV que tem origem nas subestações Gravataí 2 e Nova Santa Rita. A fronteira entre a rede básica e a CEEE-D está localizada na baixa de transformadores 230/69 KV e 230/13,8



KV. Atualmente são 5 subestações 230/69 KV com 993 MVA instalados e 5 subestações 230/13,8 KV com 510 MVA instalados.

O Sistema de Distribuição é composto por linhas de 69 KV e subestações 69/13,8 KV e 69/23 KV.

Para efeito de análise podemos segmentar a área de estudo em três regiões distintas:

#### Região Alvorada/Viamão

Esta região é suprida por 2 linhas de 69 kV ambas com origem nas SE's Gravataí 2 e Porto Alegre 6. Caracteriza-se como uma região dormitório da Grande Porto Alegre, por consequência a carga residencial é a mais significativa e no período de ponta o Sistema é mais exigido.

#### Região Sul

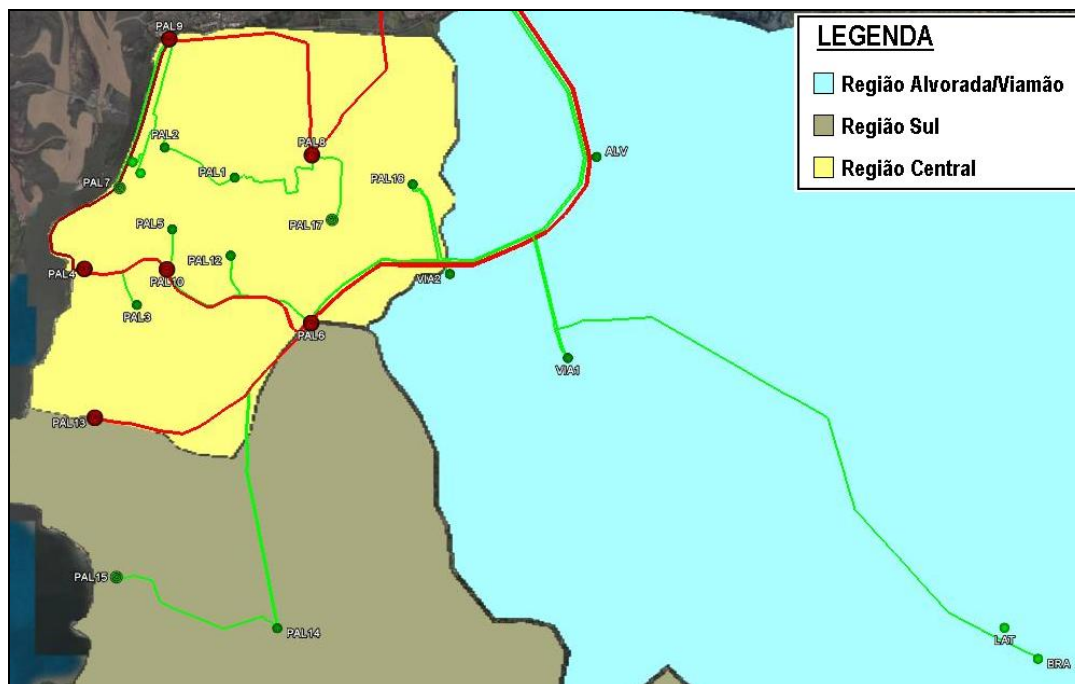
Esta região é atendida basicamente por uma LT 69 kV, partindo da SE Porto Alegre 6, e pela SE Porto Alegre 13 (230/13,8 kV). Observa-se uma grande expansão imobiliária em função da existência de áreas disponíveis, predominando a carga residencial e em um grau menor o consumo comercial.

#### Região Central

O atendimento a esta região é realizado a partir das SE's Porto Alegre 6, Porto Alegre 8, Porto Alegre 9, Porto Alegre 10 e Porto Alegre 4. Esta última SE é a única responsável pelo atendimento ao sistema subterrâneo do centro da cidade, onde está localizada a administração municipal e estadual, assim como pólo financeiro do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma região com alta densidade de carga e com pouca disponibilidade de áreas livres, verificando-se um alto crescimento vertical.

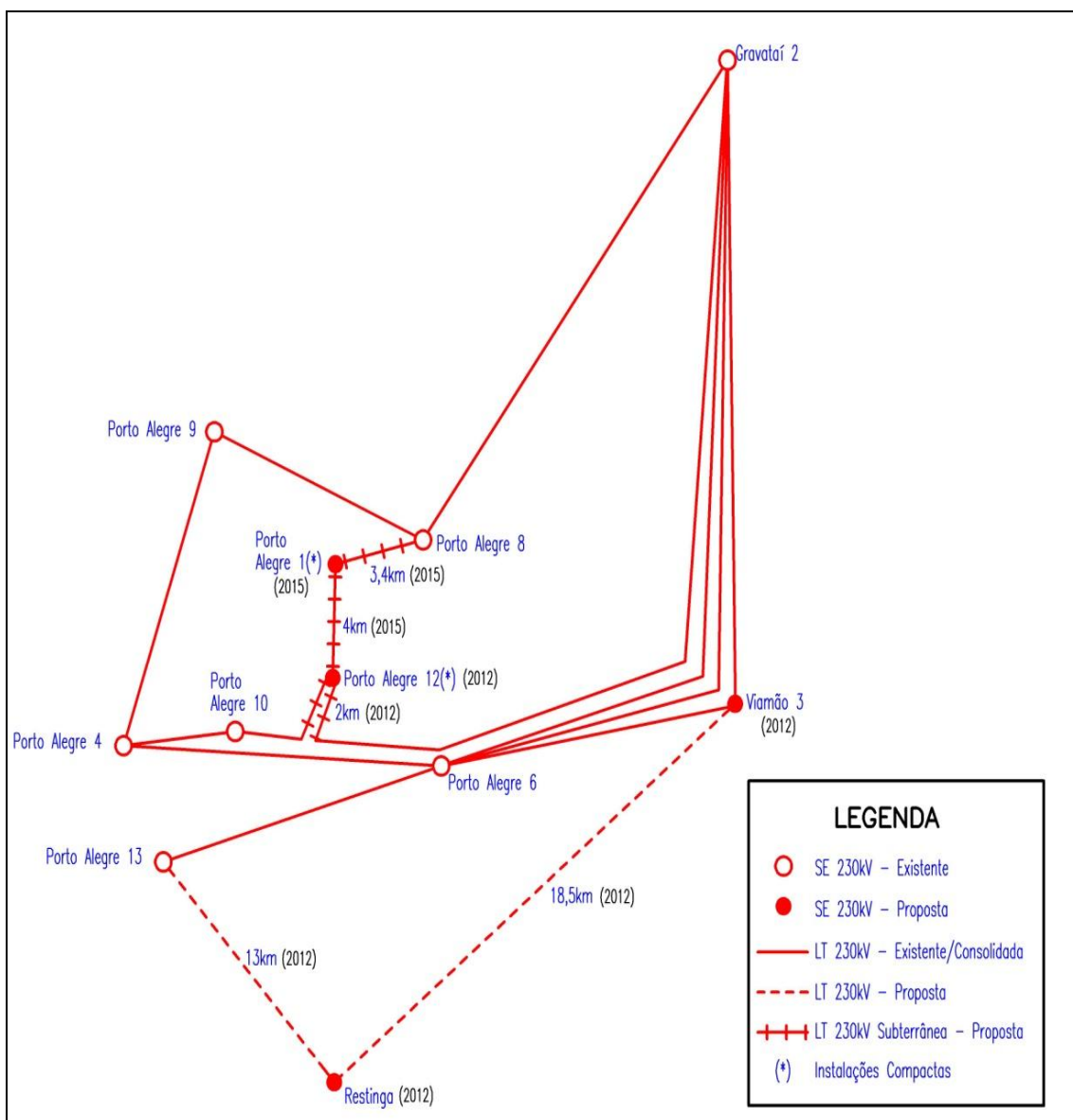
O consumo comercial é predominante e o residencial também é representativo. O patamar de carga médio é o momento de maior exigência para este Sistema.





**Região Metropolitana – Áreas de Estudo**

As recomendações determinadas pelos estudos de expansão da Rede Básica e da Rede de Distribuição da CEEE-D, estão consolidadas no relatório da Empresa de Pesquisas Energéticas, EPE–DEE–RE–029/2009, de junho de 2009. Como resultados destes estudos foram determinadas as obras de melhorias no sistema de distribuição da CEEE-D e no sistema da Rede Básica que suportam essa expansão, a seguir apresentadas.



**Diagrama – Configuração Futura da Rede Básica da Região Metropolitana**

As obras no sistema de Distribuição da CEEE-D previstas nos estudos citados para atendimento do mercado da Região Metropolitana estão relacionadas no quadro a seguir:

## **Obras de Expansão da CEEE-D para a Região Metropolitana**

<b>Obra</b>	<b>Situação</b>
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 3	Em andamento
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 12	Em andamento
NOVA SE PORTO ALEGRE 15	Em andamento
AMPLIAÇÃO SE - VIAMÃO 2	Em andamento
LT 69 KV RAMAL PORTO ALEGRE 15	Em andamento
NOVA SE - PORTO ALEGRE 7	Em andamento
NOVA SE - PORTO ALEGRE 17	Em andamento
LINHA DE TRANSMISSÃO 69 KV PORTO ALEGRE 9 PORTO ALEGRE 7	Em andamento
LINHA DE TRANSMISSÃO 69 KV PORTO ALEGRE 8 PORTO ALEGRE 17	Em andamento
NOVA SE - ALVORADA 2	Planejada
LT 69KV RAMAL ALVORADA 2	Planejada
NOVA SE - FLORESTA (COMPACTA)	Planejada
ADEQUAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 5	Planejada
LT 69 KV PORTO ALEGRE 12 - PORTO ALEGRE 5 (SUBTERRÂNEA)	Planejada
LT 69 KV PORTO ALEGRE 5 - FLORESTA (SUBTERRÂNEA)	Planejada
LINHA DE TRANSMISSÃO 69 KV VIAMÃO 3 - ÁGUAS CLARAS	Planejada
NOVA SE - ÁGUAS CLARAS	Planejada
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 7	Planejada
NOVA SE - RINCÃO	Planejada
LT 69KV - RAMAL RINCÃO	Planejada
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 14	Planejada
LT 69KV PORTO ALEGRE 1 - FLORESTA (SUBTERRÂNEA)	Planejada
ADEQUAÇÃO SE FLORESTA	Planejada
NOVA SE - MENINO DEUS (COMPACTA)	Planejada
LT 69KV PORTO ALEGRE 10 - MENINO DEUS	Planejada
NOVA SE - AEROPORTO POA	Planejada
LT 69KV ALBARUS - AEROPORTO POA	Planejada
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 17	Planejada
ADEQUAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 16	Planejada
LT 69KV PORTO ALEGRE 16 - PORTO ALEGRE 17	Planejada
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 2	Planejada
AMPLIAÇÃO SE - PORTO ALEGRE 5	Planejada

As demais regiões da área de concessão da CEEE-D apresentam redes de distribuição em média tensão com elevada extensão, sendo estas vinculadas ao atendimento de consumidores rurais. Estas redes apresentam problemas relativos à continuidade e conformidade de energia, sendo necessário para sua adequação através da instalação de equipamentos e construção de redes de maior capacidade.

Outro problema característico no sistema elétrico da CEEE-D origina-se com a expansão do sistema de transmissão, onde alguns equipamentos existentes em subestações de distribuição tornam-se superados em função de níveis de curto circuito mais elevados, sendo necessária a substituição destes por equivalentes de maior capacidade.

### **Situação Problema do Sistema Corporativo de Gestão**

Desde as mudanças implementadas na CEEE a partir de 1997, a privatização e a desverticalização, a CEEE-D não teve a oportunidade de rever seu sistema corporativo de tecnologia de informação. Portanto, há necessidade de renovação do atual sistema em funcionamento, o qual não atende mais as necessidades do setor e do mercado.

A maioria das funções básicas dos processos de gestão da CEEE-D é suportada, atualmente por um Sistema Corporativo de TI, denominado Sistema Synergia, o qual está em fase de obsolescência e deve ser substituído.

Além dos sérios problemas de performance que afetam o dia a dia dos processos, o Synergia apresenta graves problemas de concepção e implementação que não permitem caracterizá-lo como um ERP. Dentre os problemas existentes, destacamos:

- **Fraca Integração Entre os Módulos**

Mesmo tendo sido apresentado como um sistema on-line, o que se observa é que os dados do Synergia não são compartilhados adequadamente entre os módulos. Ao invés de utilizar uma única instância de dados e compartilhar o acesso aos mesmos entre as diversas funções, o sistema realiza cópias de tabelas de dados ou

transferências via arquivos texto. Essa prática torna a base de dados suscetível à ocorrência de falta de sincronização (num mesmo instante, os dados possuem 'idades' diferentes em cada cópia) e de inconsistências (alterações realizadas num processo, não realimentam os processos predecessores).

- **Utilização Excessiva de Processamentos em Lote ('batch')**

Em decorrência de algumas características do sistema, como a transferência de dados entre os módulos e a concepção de processos extremamente burocratizados, entre outras, existe uma utilização excessiva de processamento 'batch' que, aliada ao esgotamento da capacidade da plataforma atual, vem acarretando grandes dificuldades no processamento em determinados períodos do mês.

Embora alguns processos se caracterizem por apresentar uma evidente periodicidade (ex. Folha Mensal de Pagamentos), outros processos (ex. Escrituração Contábil), podem ser executados de forma on-line, evitando ou reduzindo picos de demandas em determinados dias do mês ou horários.

- **Sistema Descontinuado**

A descontinuidade do sistema Synergia por parte da empresa Synapsis, que vem atuando como implantadora de produtos de terceiros nas empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico é, sem dúvida, um dos mais graves problemas. O congelamento da versão do Synergia condiciona a evolução da plataforma de hardware, do sistema operacional e do banco de dados utilizados.

## **2.1.2 Justificativa para a Solicitação de Financiamento Externo**

As linhas de crédito existentes no Brasil, sem exceção, sempre tem o viés setorial como determinante de suas ofertas. Isto quer dizer, que, infelizmente, não contamos, no nosso país, com ofertas de crédito, em condições vantajosas, para programas e projetos de empresas estatais.

Por um lado, a ELETROBRÁS que é uma concessionária federal de energia, também exerce papel de agente financeiro do setor elétrico, através

da gestão de “fundos” fomentados por encargos setoriais, cobrados das concessionárias. Porém, a aplicação destes recursos está ligada às Políticas Nacionais, que atualmente estão voltadas quase que exclusivamente à programas de universalização de energia na área rural.

O BNDES, banco de desenvolvimento brasileiro, está impedido de estruturar financiamentos com órgãos públicos devido à política de “contingenciamento” do Tesouro Nacional, o que impede as empresas do Grupo CEEE se utilizarem desta importante fonte de captação, que apresenta taxas e prazo de financiamento extremamente atrativas.

As demais instituições financeiras que possuem disponibilidade de estruturar e captar elevados montantes de recursos, também estão submetidos às mesmas regras de contingenciamento acima mencionadas.

Por outro lado, as estruturas de captação interna que não estão subordinadas ao contingenciamento, exigem dos tomadores longo período de montagem (estruturação), além de exigirem garantias através da cessão de recebíveis a performar (futuros), com índice de cobertura elevados, comprometendo a realização de novas operações.

Diante das dificuldades, restrições e custos de captações financeiras, os organismos como o BID e o Banco Mundial, têm as condições e a “expertise” de preparar, negociar e fomentar programas do setor elétrico.

É importante destacar que os empréstimos, gerados com a captação de recursos externos, se tornaram factíveis devido à estabilidade das finanças.

A CEEE-D possui margem para novos endividamentos e sua capacidade de pagamento atende à Resolução nº 43/01 do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Municípios, Estados, Distrito Federal e órgãos da administração direta e indireta.

Assim, é notória a plena capacidade jurídica e financeira da CEEE-D para a tomada de novos empréstimos externos.

Finalizando, as demais fontes internas de financiamento apresentam condições de amortização menos atraentes do que o dos Bancos Multilaterais, considerando uma estabilidade cambial continuada, como vem ocorrendo.

### **2.1.3 Justificativa para a Escolha da Fonte Externa**

Na busca por recursos financeiros para execução das obras importantes para o reforço energético do Estado do Rio Grande do Sul, foi agendada uma visita ao escritório do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em Brasília, onde foi apresentado o planejamento da CEEE-D para o atendimento elétrico à região metropolitana de Porto Alegre, onde constam as obras necessárias para evitar apagões no período da Copa 2014. O BID expressou interesse no programa, enviando no dia 20 de outubro de 2009 uma missão técnica e financeira à CEEE. Nesta oportunidade foi apresentado com mais detalhes a situação financeira da empresa, bem como um relatório detalhado com o estudo de viabilidade técnico-econômica, a relação das obras a serem executadas, com seus respectivos custos e prazos necessários para operação.

Com a sinalização positiva do BID para a possibilidade da contratação do financiamento, para as obras de infraestrutura e efficientização energética iniciamos a elaboração da carta consulta, onde estima-se que o custo total do Programa ficará aproximadamente em US\$ 198 milhões, sendo 40% a contrapartida da CEEE-D.

O BID é uma instituição com 50 anos de existência, e tem concedido empréstimos com taxas de juros competitivas em 26 países da América Latina e do Caribe, apoiando o desenvolvimento econômico e social da região. O Banco tem procurado assumir um papel de liderança em questões transacionais, como comércio, infraestrutura e energia. Nos últimos cinco anos o BID tem uma carteira de financiamento na área de energia no Brasil de US\$ 3,23 bilhões, destacamos alguns projetos a seguir:

- Projeto da Central Termoelétrica de Pecém: Projeto, construção e manutenção de uma planta de geração térmica de carbono, no estado do Ceará, com capacidade para produzir até 5.387.400 MWh de energia por ano,

correspondendo a uma capacidade de energia assegurada de 615 MW. Custo Total do Projeto US\$ 1,85 bilhões.

- Projeto da Central Termoelétrica de TermoMaranhão: Projeto, construção e manutenção de uma planta de geração térmica de carbono, no estado do Maranhão, com capacidade para produzir até 2.759.400 MWh de energia por ano, correspondendo a uma capacidade de energia assegurada de 315 MW. Custo Total do Projeto US\$ 1,08 bilhões.

- Projeto de Transmissão de Energia ATE III: Projeto, construção, operação e manutenção de aproximadamente 459 km de linhas de transmissão elétrica, entre o estado do Pará e Tocantins, composto por duas linhas de 500 kv e uma de 230 kv, incluindo subestações de Marabá Itacaiúnas, Colinas e Carajás.

Custo Total do Projeto: US\$ 401,8 milhões.

- Projeto de Eficiência Energética em São Paulo: Introdução a sistemas eficientes de uso de energia elétrica nas unidades vinculadas ao governo do estado de São Paulo, e estabelecer políticas públicas para o uso racional dos recursos energéticos disponíveis.

Custo Total do Projeto: US\$ 1,25 milhões.



## **2.2 Apresentação da Proposta**

### **2.2.1 Objetivo(s) Geral(is)**

Melhorar a qualidade de vida da população gaúcha e garantir o desenvolvimento sustentável do Estado do RS, através de uma maior eficiência no desempenho do sistema elétrico e da expansão e modernização dos Sistemas de Distribuição da Região Metropolitana de Porto Alegre e da área de abrangência da CEEE-D.

O projeto visa garantir a infraestrutura energética necessária para a Copa do Mundo de 2014.

### **2.2.2 Objetivos específicos**

#### **Objetivos específicos das Obras no Sistema Elétrico de Distribuição**

A CEEE-D pretende reforçar a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de Porto Alegre e na sua área de concessão para atendimento à demanda com mais eficiência e sustentabilidade e melhorar seus indicadores de qualidade e confiabilidade na prestação deste serviço a população Gaúcha.

Realizar um conjunto de obras de expansão e adequação no sistema elétrico de alta e média tensão da CEEE-D, visando o atendimento do crescimento do mercado.

A CEEE-D objetiva ainda modernizar sua gestão empresarial e implantar um novo sistema corporativo de tecnologia de informação.

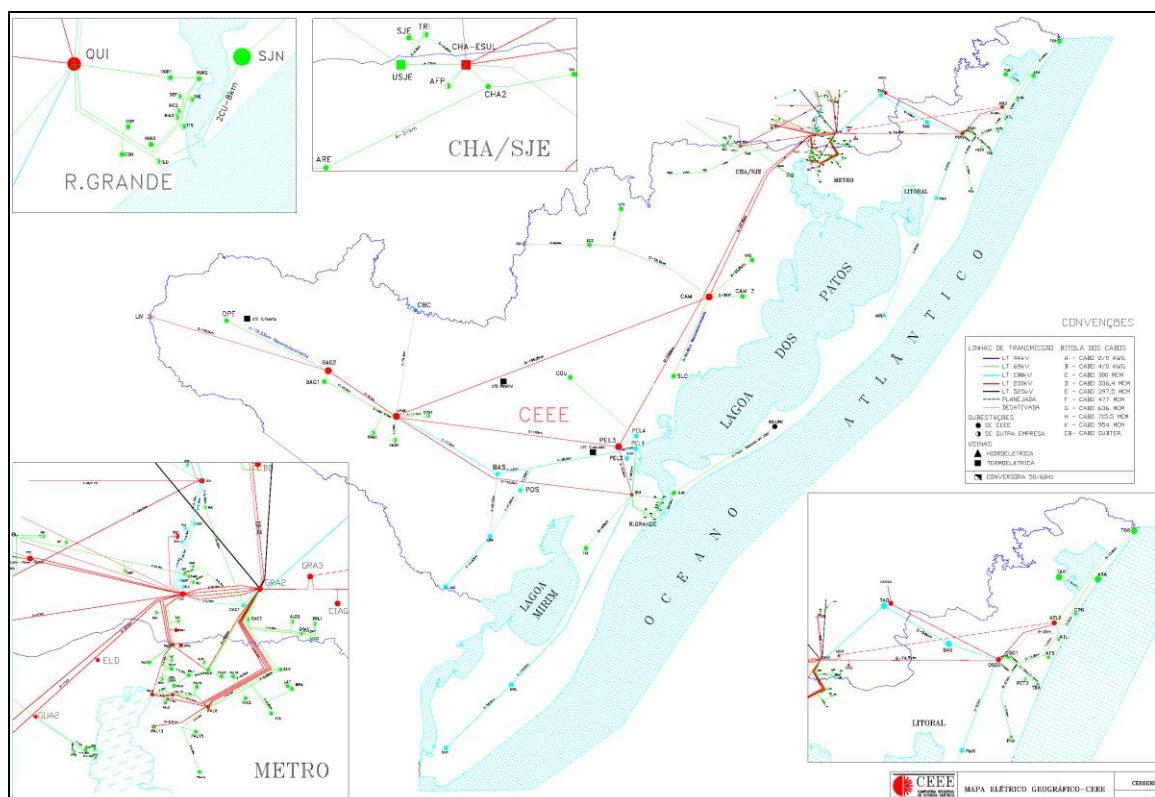
#### **Objetivos específicos da Modernização do Sistema Corporativo de Gestão**

A CEEE-D está buscando implantar um novo Sistema de Tecnologia da Informação Integrado de Gestão Empresarial – ERP com o objetivo de aprimorar os seus processos de gestão e os respectivos controles.

As obras da CEEE-D, serão implantadas na sua área de concessão da distribuição de energia elétrica, apresentada na figura a seguir.



## O Sistema Elétrico da CEEE-D



### 2.2.4 Beneficiários

#### **Beneficiários com as Obras no Sistema Elétrico de Distribuição**

A distribuidora possui 1,41 milhões de clientes, correspondendo a aproximadamente 3,5 milhões de pessoas beneficiadas.

#### **Beneficiários com a Modernização do Sistema Corporativo de Gestão**

Os investimentos neste componente trarão sólidos resultados positivos para a empresa, proporcionando otimização dos recursos e desta forma beneficiando de forma direta os colaboradores e a própria CEEE-D, e de forma indireta o Estado do Rio Grande do Sul, através de melhor gestão dos recursos e dos processos, mais investimentos e melhor atendimento a população.

## **2.3 Implantação da Proposta**

Para a implantação desta proposta a CEEE-D dividiu este programa em 6 componentes, sendo quatro compostos de obras de expansão, reforço ou melhoria da planta elétrica e os demais visando melhoria na gestão.

### ***2.3.1 Medidas Prévias à Execução de Ações Previstas no Projeto***

As obras no sistema de Distribuição não necessitam de autorização prévia do poder concedente ANEEL para serem executadas. A concessão é regional e a decisão de implantação de adequações do sistema é da concessionária detentora respeitando os procedimentos regulatórios, critérios de prudência nos investimentos e modicidade tarifária.

#### **Solicitação de acesso à Rede Básica**

Em algumas situações as obras no sistema de distribuição de alta tensão estão vinculadas a necessidade de ampliações ou adequações em instalações de empresas transmissoras. Nestes casos, é necessário que a Distribuidora encaminhe solicitação de acesso para a empresa transmissora ou ONS, para que essa empresa obtenha a autorização para a implementação da adequação.

#### ***Licenças para utilização das áreas de implantação***

##### **Indenizações pelo uso de áreas privadas**

Nas obras de linhas de transmissão, em zonas rurais, é necessária a autorização de passagem, em virtude da utilização de propriedades privadas e da restrição de uso de uma área sob a linha, denominada faixa de domínio. Em função dessa restrição, procede-se a indenização dos proprietários pela concessionária já que não ocorre a transferência de posse da área. Em poucos casos, não havendo acordo, pode-se utilizar a declaração de utilidade pública de uma instalação. Tal ato é de responsabilidade da ANEEL e formaliza o direito de ocupação da área para a implantação do projeto. Nestas situações o valor da indenização é discutido após a implantação.

Nas obras de subestações os terrenos são adquiridos, ocorrendo a transferência de propriedade. De forma similar a implantação de linhas, não

havendo acordo em relação a transação, pode-se utilizar a declaração de utilidade pública referida.

#### *Licenças das administrações para uso de áreas públicas*

As obras de subestações, linhas e redes têm seus projetos submetidos à aprovação de órgãos da administração federais, estaduais e municipais, tais como: ANTT- Agencia Nacional de Transporte Terrestre; DENIT- Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte; DAER- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

#### *Licenças ambientais*

As obras de subestações e linhas têm seus projetos submetidos à aprovação de órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, tais como: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental, etc. As obras deste projeto que estão em andamento já estão licenciadas.

#### *Contratação de Pessoal*

As obras serão realizadas através da contratação dos serviços de terceiros com geração aproximada de 4000 empregos, diretos e indiretos ao longo do período de execução das obras. Não haverá aumento do quadro de pessoal próprio especificamente para esse programa.

### **2.3.2 Ações Previstas para Implementação do Projeto**

#### **Componente A**

##### **Obras no sistema de subtransmissão para atendimento do crescimento de mercado**

Obras no sistema de alta tensão da Distribuição (subtransmissão 138 e 69 kV) para atendimento ao crescimento do mercado, contemplando a implantação

de 14 subestações novas, ampliação/adequação de 10 subestações, construção de 19 linhas de alta tensão de distribuição. Neste grupo estão as principais obras que necessitam ser implantadas em um curto e médio prazo determinadas no estudo de planejamento da região metropolitana, além das demais necessidades identificadas no restante da área de concessão.

## **Componente B**

### **Obras no sistema de subtransmissão visando a melhoria da confiabilidade das instalações**

Obras no sistema de alta tensão da Distribuição (subtransmissão) visando a melhoria das instalações, contemplando a substituição de 623 equipamentos (disjuntores, transformadores de corrente, de potencial e religadores) e a implantação de sistema de telecomando e supervisão de 20 subestações.

## **Componente C**

### **Obras no sistema de média tensão de Distribuição para o atendimento do crescimento de mercado:**

Obras nos sistema de média tensão da Distribuição para atendimento ao crescimento do mercado, consistindo na construção de 910 km de rede aérea e na expansão do sistema subterrâneo de Porto Alegre.

## **Componente D**

### **Obras no sistema de média tensão de Distribuição para melhoria da qualidade do fornecimento de energia**

Obras nos sistema de média tensão da Distribuição para melhoria da qualidade do fornecimento, compreendendo a instalação de 558 equipamentos (reguladores, banco de capacitores, chaves e religadores).

## **Componente E**

### **Modernização do Sistema Corporativo de Gestão**

O Sistema Corporativo de Gestão ou ERP ('Enterprise Resource Planning') deve garantir o controle dos processos de negócio integrando os fluxos de

informações entre as diversas áreas da Empresa, tais como: planejamento, compras, vendas, finanças, contabilidade, recursos humanos e outras.

O ERP suporta as transações operacionais de todas as funções básicas da Empresa, consistindo-as, integrando-as e gerando a principal base de informações corporativas.

A expansão dessa integração e a consolidação de informações gerenciais é alcançada com a incorporação de novas tecnologias especializadas como, por exemplo: Gestão da Cadeia de Suprimentos ou SCM ('Supply Chain Management'), Computação Móvel ('Mobile' ou 'Wireless'), Inteligência de Negócios ou BI ('Business Intelligence'), Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou GED e outras.

Sendo assim o programa ERP propõe algumas metas a serem atingidas, dentre as quais destacamos:

- a) Garantir ao atual sistema corporativo de TI da CEEE-D, a sobrevida necessária até a sua completa substituição.
- b) Promover a revisão dos processos administrativos da CEEE-D adequando-os aos novos padrões exigidos pelos órgãos normativos e garantindo condições de competitividade.
- c) Prover a CEEE-D de um Sistema Integrado de Gestão – ERP que suporte os seus processos administrativos de forma integrada e ágil evitando o excesso de burocracia e o retrabalho.

## **Componente F**

### **Desenvolvimento Institucional**

Através do Componente de Desenvolvimento Institucional a CEEE-D deverá desenvolver ações para gestão das obras a serem financiadas pelo BID

### **2.3.3 Ações e Etapas Relativas ao Projeto já Realizadas ou em Realização**

Algumas obras que integram o Componente A do projeto já possuem as seguintes etapas implementadas: projeto básico, projeto executivo,



especificações técnicas, aquisição de equipamentos principais e aquisição de terrenos. São elas:

- Subestação Porto Alegre 12 (ampliação);
- Subestação Porto Alegre 7 (nova);
- Subestação Porto Alegre 15 (nova);
- Subestação Porto Alegre 17 (nova);
- Subestação São Jerônimo (nova);
- Subestação Viamão 2 (ampliação);
- Subestação Pelotas 1 (ampliação).
- Linha 69 kV - Porto Alegre 8 x Porto Alegre 1;
- Linha 69 kV - Porto Alegre 8 x Porto Alegre 17;
- Linha 69 kV - Porto Alegre 9 x Porto Alegre 7;
- Linha 138 kV - Quinta x Pelotas1 (reisolamento);
- Linha 69 kV - Porto Alegre 14 x Porto Alegre 15;
- Linha 69 kV - Atlântida 2 x Torres

Outras obras também integrantes do Componente A, citadas a seguir, encontram-se em execução física e todos os fornecimentos necessários já foram contratados, sejam materiais, equipamentos e/ou mão de obra:

- Subestação Porto Alegre 3 (ampliação);
- Subestação Dom Pedrito (nova);
- Subestação São Lourenço (nova);
- Subestação Pedro Osório (ampliação).
- Subestação Estaleiro Rio Grande (Participação CEEE-D);
- Linha 69 kV – Camaquã 1 x São Lourenço;
- Linha 69 kV - Bagé 2 x Dom Pedrito;

### **3. Informações específicas relativas à proposta**

#### **3.1 Arranjo Institucional**

A empresa CEEE-D se constituirá no tomador, executor e no co-executor do Programa. Como temos um único tomador/executor/co-executor, o macro-arranjo institucional torna-se bastante simples, ficando como desafio, a garantia



de inclusão do Governo no processo. A necessidade de Obras urgentes que garantam segurança energética para o ano de 2014, quando acontecerá a Copa do Mundo no Estado do Rio Grande do Sul, concentrando seu impacto na Região Metropolitana de Porto Alegre, também se reveste de importância ímpar para o Estado e para a região. Desta forma, mais do que um Programa ou Projeto da Empresa CEEE-D, buscamos construir um Projeto de Estado, conduzido pela empresa. Desta forma, a arquitetura institucional buscou atingir os seguintes objetivos:

- o envolvimento da área de Infra-Estrutura do Governo do Estado, através da Secretaria de Infra-Estrutura e Logística;
- o envolvimento da área do Gabinete do Governo, através, da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de 2014;
- o envolvimento de todas as áreas da CEEE-D, através de todas as Diretorias;
- a garantia de ligação entre as instâncias envolvidas no modelo institucional proposto.

O Arranjo Institucional parte de um Conselho Superior de Preparação do Programa (CSPP), o qual se transforma, logo após a Assinatura do(s) Acordo(s) de Empréstimo(s) ou do Início do Programa em Conselho Superior do Programa (CSP), composto por 3 (três) membros: o Secretário de Infra-Estrutura e Logística que será o seu Presidente, o Secretário Extraordinário para a Copa do Mundo de 2014 e o Presidente da CEEE-D que será o seu Secretário Executivo.

Este Conselho reunir-se-á duas vezes por ano, e decidirá as grandes linhas do Programa, como fontes de financiamento, orçamentos anuais, estrutura dos Projetos, metas, objetivo geral do Programa, estrutura de componentes, etc. O Conselho votará e definirá entre seus membros o seu Regimento Interno.

Como Instância intermediária entre o Conselho Superior, absolutamente decisório, e uma instância absolutamente técnico-executiva, entendeu-se de criar um Comitê Técnico Diretivo, integrado pelos seguintes membros: (i) O Diretor Presidente da CEEE, que o Presidirá; (ii) o Secretário-Adjunto da Secretaria de Infra-Estrutura e Logística; (iii) o Gerente de Planejamento, Programação e Assistência Técnica da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de 2014; (iv)

os demais Diretores da CEEE-D; (v) o coordenador da UPP/UGP que será o Secretário Executivo do Comitê Técnico Diretivo. O Comitê Diretivo reunir-se-á bimestralmente, tendo o seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Superior, e servirá como instância técnica superior de apoio da Unidade Técnica de Preparação e de Gerenciamento do Programa. Definirá as questões técnicas de caráter mais estratégico.

Finalmente, uma Unidade de Preparação do Programa (UPP), a qual se transformará em Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), com um membro de cada área da Empresa, ficará com a responsabilidade da condução do Programa. As principais funções desta UPP/UGP serão:

- Coordenar todas as atividades de preparação do Programa;
- Negociar o Contrato de Empréstimo;
- Planejar, coordenar, administrar e supervisionar a execução do Programa, com base no contrato de empréstimo firmado entre a CEEE-D, como mutuária, e o BID;
- Coordenar as ações com as empresas sub-executoras do Programa, visando ao cumprimento do cronograma físico-financeiro e à obtenção dos resultados;
- Acompanhar o cumprimento das cláusulas contratuais do contrato de empréstimo;
- Implementar e manter o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento do Programa - SIGMP, contemplando as informações físicas, contábeis, financeiras e de controle interno, relacionadas com o manejo dos recursos do BID e da contrapartida local;
- Adotar o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros do Programa e suas propostas de alteração, caso necessárias;
- Elaborar a proposta orçamentária anual do Programa;
- Fornecer, na ocasião da elaboração da proposta orçamentária da Empresa, as informações necessárias à alocação dos recursos orçamentários de contrapartida;

- Coordenar a elaboração do Plano Operacional Anual - POA, bem como os trabalhos de avaliação e de apresentação de relatórios e informes requeridos;
- Manter contas bancárias individualizadas, junto à DF, para o manejo dos recursos do BID e da contrapartida local, visando a liquidação das faturas ou instrumentos congêneres, relacionados com os gastos do Programa;
- Apresentar oportunamente os pedidos de desembolso e justificativas de gastos elegíveis;
- Centralizar o apoio à realização das licitações e contratação de obras, aquisição de bens e contratação de serviços de consultorias, notadamente para licitações internacionais;
- Controlar e macro-acompanhar a supervisão e fiscalização de obras, e a verificação da implantação das medidas de mitigação ambiental e o Plano de Reassentamento;
- Recepcionar, coordenar, acompanhar e assessorar as missões de supervisão do BID, as inspeções do governo federal e as visitas das auditorias externas;
- Elaborar e apresentar ao BID os relatórios previstos no contrato de empréstimo, incluindo os informes financeiros do Programa, como os do fundo rotativo, semestralmente, e outros informes financeiros que sejam requeridos pelo BID;
- Monitorar o cumprimento dos contratos de serviços e obras constantes do Programa, a fim de identificar as ocorrências capazes de provocar atrasos ou distorções no avanço físico-financeiro do Programa;
- Prestar contas aos órgãos e entidades fiscalizadores do Estado, aos auditores externos do Programa e ao BID;
- Assessorar a Presidência da CEEE-D nos assuntos relacionados à execução, acompanhamento, controle e avaliação do Programa;
- Promover a preparação das avaliações de meio-termo, final e “expost”;

- Garantir os meios e as condições necessárias de apoio técnico para a análise e o monitoramento das ações, propostas e produtos relacionados com a execução do Programa;
- Manter um adequado sistema de arquivo da documentação de respaldo das aquisições e de gastos elegíveis para a verificação do BID e dos auditores externos; e
- Outras atividades vinculadas à administração geral do Programa.

Como se nota, a interligação das 3 (três) instâncias se dará, sempre, através do presidente da CEEE-D e do técnico responsável pela coordenação da UPP/UGP.

No seguimento, uma minuta do Decreto que instalará o arcabouço institucional do Programa:

**DECRETO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2010.**

*Dispõe sobre o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE Distribuição – Pró-ENERGIA RS Distribuição, institui o Conselho Superior do Programa, o Comitê Técnico Diretivo e a Unidade de Preparação e Gerenciamento do Programa e dá outras providências.*

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE-Distribuição – Pró ENERGIA RS - Distribuição – que objetiva melhorar a qualidade de vida da população gaúcha e garantir o desenvolvimento sustentável do Estado, através de uma maior eficiência no desempenho do sistema elétrico e da expansão e modernização dos sistemas de distribuição da CEEE-D, além da capacitação e qualificação de sua estrutura administrativa.

**Art. 2º** - O Programa contará com uma instância superior de caráter deliberativo, denominada Conselho Superior do Programa, que será composto pelos seguintes membros:

*I – Secretário de Estado de Infra-Estrutura e Logística;*

*II – Secretário Extraordinário da Copa do Mundo 2014;*

*III – Diretor-Presidente da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D.*

**Parágrafo único** – O Conselho Superior do Programa será presidido pelo Secretário de Estado de Infra-Estrutura e Logística a quem compete convocar a assembléia de instalação para definição da periodicidade das reuniões, do desenvolvimento dos trabalhos, da competência de cada uma das instâncias e demais deliberações.

**Art. 3º** - O Programa contará com uma instância diretiva de caráter técnico, denominada Comitê Técnico Diretivo, que será composto pelos seguintes membros:

*I – Secretário-Adjunto de Infra-Estrutura e Logística;*

*II – Gerente de Planejamento, Programação e Assistência Técnica da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014;*

*III – Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.*

**Parágrafo único** – O Comitê Técnico Diretivo será presidido pelo Diretor-Presidente da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D que também será o Secretário Executivo do Conselho Superior.

**Art. 4º** - O Programa contará com uma instância executiva, denominada Unidade de Preparação e Gerenciamento do Programa, que será composta por:

*I – seis membros indicados pelas Diretorias da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D;*

*II – um membro indicado pela Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014.*

**Parágrafo único** – O Diretor-Presidente da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D designará o Gerente da Unidade de Preparação e Gerenciamento do Programa, que também será o Secretário Executivo do Comitê Técnico Diretivo.

**Art. 5º** – No âmbito do Programa deverá ser elaborado um projeto de fortalecimento da rede de distribuição de energia elétrica da CEEE-D, especialmente na área da Região Metropolitana de Porto Alegre, com foco em segurança, sustentabilidade e melhoria, qualidade e confiabilidade do sistema, além de ações de eficiência energética e de desenvolvimento institucional, que poderá ser viabilizado por intermédio de recursos próprios e ou de recursos captados para esta finalidade.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO PIRATINI**, em Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

### **3.2 Repasse de Recursos**

Não haverá repasse de recursos da CEEE-D para qualquer entidade pública ou privada. Os recursos aportados pelo BID serão ingressados diretamente na empresa CEEE-D, pois a mesma possui gestão e caixa independentes do acionista majoritário, o Governo do Estado.

Na eventualidade de financiamento parcial dos projetos a CEEE-D aportará a contrapartida com recursos próprios.

### **3.3 Participação da sociedade civil, comunidades e/ou setor privado**

O Setor Elétrico tem toda uma lógica de participação da sociedade civil nos seus empreendimentos, notadamente no que diz respeito aos consumidores. Historicamente, as entidades representativas de classe, inclusive dos funcionários da empresa tem participação bastante ativa nas decisões estratégicas da empresa. Mais recentemente, a CEEE-D tem trabalhado bastante a questão social, tendo, inclusive, recebido prêmios e honrarias de responsabilidade social. Os serviços de energia fornecidos pela empresa são regulados pela ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Finalmente, o Setor Privado tem uma participação bastante expressiva nos projetos da Empresa, seja como futuro consumidor, seja na qualidade de prestador de serviços, fornecedor de bens ou executor de obras. Dentre os diversos prêmios recebidos pela empresa podemos citar:

#### **Prêmios e Reconhecimentos**



**Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor 2006 (IASC)**

Pelo segundo ano consecutivo, a CEEE recebeu o prêmio IASC Brasil 2005, por ser considerada pelos seus consumidores a melhor distribuidora do Rio Grande do Sul e a 2º na Região Sul. O prêmio é resultado da pesquisa

realizada entre as 64 empresas distribuidoras de energia do Brasil e mede o grau de satisfação dos consumidores de energia elétrica.

### **Prêmio Esarh-30 anos**



A CEEE foi uma das três empresas vencedoras do Prêmio Esarh-30 anos, idealizado pelo 30º Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos, que ocorreu em Gramado, de 16 a 19 de maio de 2006. O evento premiou projetos nacionais e internacionais em duas modalidades: Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social, contemplando várias categorias. A Companhia concorreu na modalidade Responsabilidade Social, através do trabalho Programa de Responsabilidade Social e Ambiental em Redes da CEEE - Resar+CEEE, subdividido nos programas de Reflorestamento e Produção de Postes de Madeira, Kits de Madeira Reflorestada para Casas Indígenas Kaingang e Guarani, Oficinas Pedagógicas de Eco-Arte e Produção de Kits de Madeira Reflorestada para Lazer Comunitário nas Escolas Públicas.

### **Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor 2005 (IASC)**



A CEEE recebeu o prêmio IASC Brasil 2005, pela conquista do 1º lugar no Rio Grande do Sul e 2º na Região Sul. O prêmio é resultado de uma pesquisa encomendada pela Agência, realizada na área de abrangência das 64 empresas distribuidoras de energia do Brasil. A pesquisa mede o grau de satisfação dos consumidores de energia elétrica. A solenidade de premiação ocorreu dia 7 de junho de 2006, na sede da Aneel, em Brasília.



### **Prêmio Responsabilidade Social 2005**



A Companhia recebeu o Troféu Responsabilidade Social Destaque RS 2005, na categoria Entidades Governamentais. A premiação da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul é concedida à empresa ou entidade que apresentar o melhor nível de desempenho em termos de Responsabilidade Social, em avaliação procedida a partir do Balanço Social e do Relatório de Responsabilidade Social apresentado à comissão julgadora do Prêmio, instituído há cinco anos, a partir da Lei 11.140. O Diretor-Presidente, ao receber o troféu, evidenciou as ações inclusas no balanço social da Empresa. "A lista de iniciativas é extensa e vai desde medidas para evitar desperdícios de energia elétrica em escolas e prédios públicos, com o projeto Eficiência Energética, até atuação com responsabilidade na educação dos funcionários, com a alfabetização adotada pelo projeto Usina das Letras. O prêmio é para todos os colaboradores da Companhia", frisou.

#### **TOP Ecologia ADVB 2005**



Quando o Rio de Janeiro sediava a ECO, em 1992, representantes de quase todos os países do mundo pararam por alguns dias para refletir sobre a relação crescimento econômico/preservação do meio ambiente. Foi um momento marcante para a vida no planeta. Com o mesmo espírito da ECO 92, a ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) resolveu criar, em 1993, o Top de Ecologia, para valorizar empresas que apresentam soluções em favor da preservação do meio ambiente. Concorreram ao prêmio projetos de empresas privadas e estatais. Entre os requisitos para a escolha das ganhadoras, destaque para o compromisso permanente com a preservação ambiental, através da utilização de tecnologias limpas e inovadoras, otimização do uso de recursos disponíveis e/ou reutilizáveis, reciclagem e utilização racional de energia e matérias-primas, além de procedimentos que proporcionam o desenvolvimento sustentável.



Na premiação de 2005 a CEEE recebeu o Top de Ecologia apresentando o caso: Reflorestamento de Eucalipto como berçário de mata nativa: os muitos valores ecológicos no uso de postes de madeira para a energização no Rio Grande do Sul.

Além da CEEE, apenas mais três empresas mereceram o destaque, em todo o Brasil.

### **Premio Expressão de Ecologia 2005**



A CEEE recebeu o 13º Prêmio Expressão de Ecologia 2005 – Categoria Produto Verde, com o case "Reflorestamento de Eucalipto como berçário de mata nativa: os muitos valores ecológicos no uso de postes de madeira para energização no RS". Nesta décima terceira edição, houve 101 inscrições de empresas, instituições públicas e organizações não-governamentais, das quais 29 foram escolhidas pela comissão julgadora para receber o Prêmio Expressão de Ecologia, nas diversas categorias. O Prêmio Expressão de Ecologia é reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente como o maior prêmio ambiental do Sul para a área empresarial.

### **Balanço da CEEE é o mais transparente do Brasil**



Durante o XXI Encontro Nacional de Contadores do Setor Elétrico, a Companhia recebeu o Certificado de 1º Lugar, na categoria de companhia de capital aberto, pela melhor apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2004. A premiação, conferida pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), resulta da avaliação do balanço das empresas sobre requisitos como clareza e transparência. A comissão julgadora da entidade avalia 103 itens da política contábil das empresas, ponderando-os por sua importância. Na edição anterior, relativa ao Balanço 2003, a CEEE havia recebido a segunda melhor avaliação.

### **Premio CIER de Calidad - Satisfacción de Clientes 2004**



A CEEE recebeu o Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação de Clientes 2004 – Categoria Prata, destacando-se entre as 32 empresas latino-americanas associadas ao CIER – Comisión de Integración Energética Regional, ao obter o segundo mais alto valor para o Índice de Satisfação do Cliente de Qualidade Percebida (ISCAL) na Pesquisa Regional CIER de Satisfação de Clientes 2004.

### **Reconhecimento Público através da Pesquisa ABRADÉE**



**ABRADÉE**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE DISTRIBUIDORES DE  
ENERGIA ELÉTRICA

O reconhecimento público dos consumidores da CEEE caracteriza a empresa como uma das melhores distribuidoras brasileiras de grande porte, conforme demonstram os resultados da Pesquisa 2004 da ABRADÉE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica:

Veja o posicionamento da CEEE entre as distribuidoras brasileiras com mais de 400.000 consumidores, em alguns dos itens pesquisados, entre outros:

- O melhor índice de aprovação do Cliente – IAC.
- O melhor índice em facilidade para fazer contato para solicitação de informações ou serviços (benchmark nacional).
- O melhor índice em prazo de realização de serviços.
- O melhor índice em solução definitiva dos problemas.



### **Certificado de Responsabilidade Social Empresarial**

A Empresa obteve da Assembléia Legislativa o Certificado de Responsabilidade Social RS - 2004, em função do seu Balanço Social.



### **Selo de Compensação Ambiental**

A CEEE recebeu no ano de 2004, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o Selo de Compensação Ambiental, instituído pelo Decreto Nº. 43.339/2004, conferido às empresas que aplicaram recursos em unidades de conservação, oriundos de medidas compensatórias pelo licenciamento ambiental de empreendimentos no Rio Grande do Sul.

### **3.4 Gastos com Consultoria, Assistência Técnica e Estudos**

Não haverá gastos desta natureza.

### **3.5 Operacionalização do Investimento**

#### **Operacionalização dos Investimentos nas Obras do Sistema Elétrico de Distribuição (Componentes A,B,C e D)**

A CEEE-D será responsável pela implantação das obras de linhas e subestações previstas, com contratação de materiais e serviços por meio de processo licitatório, com a elaboração do projeto básico, especificações e fiscalização por empregados da CEEE-D. Os serviços de operação e manutenção do sistema elétrico, após a conclusão do projeto, estarão a cargo da própria concessionária de distribuição, que já está dimensionada para esses acréscimos do sistema.

#### **Operacionalização dos Investimentos na Modernização do Sistema Corporativo**

A CEEE-D será responsável pela contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório, incluindo todos os serviços necessários a modernização de seu sistema corporativo de gestão.

### **3.6 Ônus e Benefícios decorrentes dos projetos**

Além dos benefícios relativos à redução das perdas, a qualidade e a disponibilidade da energia fornecida ao consumidor deverão melhorar significativamente, com níveis de tensão mais estáveis, melhor confiabilidade do

sistema. Dessa forma, as regiões atendidas pela CEEE-D, terão garantidas a infra-estrutura elétrica necessária para o seu desenvolvimento social e econômico.

Também podemos destacar como benefício que a aquisição de um novo sistema de gestão corporativa – ERP deverá garantir melhores resultados empresariais

### **3.7 Impacto Ambiental**

Com relação a aspectos ambientais positivos podemos considerar que a utilização da transmissão e distribuição da energia elétrica para o uso dos diversos segmentos de consumo, particularmente os industriais e comerciais, permite a utilização e otimização do uso de fontes de geração de menor impacto ambiental nos seus pontos potenciais, aproximando a geração dos locais de consumo. Além disso, o aumento de eficiência do sistema elétrico, com conseqüente diminuição de perdas, reduz a necessidade de geração de energia, resultando em contribuição positiva para o meio ambiente.

Com relação aos impactos ambientais negativos, a construção de uma subestação pode apresentar impactos relacionados à emissão de campos elétricos e magnéticos, ruído audível, rádio e TV interferência e a produção de potenciais no solo, quando de defeitos à terra, entretanto todos estes aspectos são previamente determinados através de memoriais de cálculo na fase de estudos e projetos e têm seus níveis minimizados e adequados à regulamentação vigente.

Com relação a uma linha de alta tensão de distribuição, desde a sua construção como na permanência em zonas urbanas e rurais, os impactos estão relacionados ao corte de vegetação para acesso ou passagem da linha; aspectos visuais; interferência ao fluxo de aves migratórias; interferência sonora (pelo efeito corona); restrição do uso do solo devido as torres e a faixa de domínio e emissão de campos eletromagnéticos.

## **4. Informações sobre o Mutuário, Executor e Co-Executor (es)**

### **4.1 Informações sobre o Mutuário**

#### **4.1.1 Identificação do Mutuário**

O mutuário é a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, tomadora legal do empréstimo, que opera na área de distribuição de energia elétrica.

#### **4.1.2 Experiências do Mutuário com Organismos Financeiros Multilaterais e Agências Governamentais Estrangeiras.**

As empresas do Grupo CEEE possuem experiência internacional antiga, junto a Organismos Multilaterais Internacionais para financiamento de planos de investimento.

Em 1969, a CEEE obteve financiamentos internacionais junto a Aliança para o Progresso para o financiamento da Usina Hidrelétrica do Passo Real.

Em 1980, a CEEE obteve financiamento do BIRD para expansão do sistema de transmissão e distribuição no valor de U\$ 114 milhões.

Como experiência nacional, podemos citar 05 estruturas através de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios [FIDC's], que totalizaram aproximadamente R\$ 700 milhões em quotas seniores, todos vigentes.

Outras operações com estruturas menos complexas são aquelas realizadas através de Certificados de Crédito Bancário, no mercado financeiro local, pactuadas com bancos públicos e privados de grande porte.

#### **4.1.3 Informações sobre o Mutuário**

A CEEE-D é uma empresa de economia mista, concessionária dos serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

A CEEE-D é uma empresa do Grupo CEEE, opera em 72 municípios, na região metropolitana de Porto Alegre, litoral e sul do Rio Grande do Sul, e se insere como um dos players importantes no setor elétrico brasileiro.

Os principais acionistas da CEEE-D são a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), com 65,92% das ações, e a Eletrobrás, com 32,59% das ações. O restante 1,49% das ações pertence a acionistas minoritários.

### Posição Acionária

Ações por Acionistas						
Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferências		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>CEEE-PAR</b>	255.232.851	67,05%	43.496	0,66%	255.276.347	65,92%
<b>ELETROBRÁS</b>	122.681.437	32,23%	3.505.584	53,43%	126.187.021	32,59%
<b>MUNICÍPIOS</b>	1.397.331	0,37%	2.159.414	32,92%	3.556.745	0,92%
<b>CBLC</b>	1.336.485	0,35%	793.245	12,09%	2.129.730	0,55%
<b>OUTROS</b>	21.166	0,01%	58.820	0,90%	79.986	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>380.669.270</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.560.559</b>	<b>100,00%</b>	<b>387.229.829</b>	<b>100,00%</b>

### MISSÃO

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade atuando no setor de energia e negócios associados com segurança, rentabilidade e sustentabilidade.

### VISÃO

- Ser referência nacional no setor de energia pela excelência na gestão e prestação de serviços, expandindo seus negócios de forma sustentável

### VALORES

A atuação da CEEE-D rege-se pelos seguintes valores:

- Ética
- Segurança
- Sustentabilidade
- Excelência Técnica
- Valorização das Pessoas

O regime de concessão da CEEE-D, de prestação dos serviços públicos de distribuição, está estabelecido pelo Contrato de Concessão de Distribuição n.º 81/1999, de 25 de Outubro de 1999.

A empresa está presente em 26% do território gaúcho, com cerca de 1,41 milhão de unidades consumidoras. Beneficia aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas.

Do total de unidades consumidoras, 85%, ou 1,2 milhões, são unidades residenciais, que representam 33% do consumo. A CEEE-D, em 2008, forneceu ao mercado 7.312 GWh, 3,3% superior a 2007. Este índice deve-se ao crescimento do consumo rural (14,3%), industrial (4,8%) e comercial (3,3%).

O sistema de Distribuição é composto por 52 subestações, com 50,4 mil quilômetros de redes de distribuição, 1.850 quilômetros de linhas de transmissão, 46,5 mil transformadores e 830 mil postes.

Com faturamento líquido anual de aproximadamente R\$ 1,85 bilhões, a CEEE-D quer permanecer cada vez mais atuante no mercado gaúcho, cumprindo a sua missão de distribuir energia elétrica, e proporcionar mais qualidade de vida aos gaúchos.

No planeamento estratégico da CEEE-D os objetivos traçados para a viabilidade e a recuperação económico-financeira foram desdobrados nas seguintes ações principais:

- a) racionalização de despesas operacionais conforme a margem de gerenciamento permitida;
- b) negociação com fornecedores;
- c) priorização de investimentos e ajuste no cronograma de execução de obras previstas;
- d) ações de recuperação de receita;
- e) busca de novos recursos financeiros no mercado.

### **Conta de Resultados a Compensar – CRC**

A CEEE-D teve reconhecido no custo dos serviços, mediante decisão judicial transitada em julgado, os valores pagos a título de remuneração aos

seus empregados aposentados, Ex-Autárquicos, no período de 1981 até maio de 1993. O processo de liquidação dessa decisão encontra-se em andamento, e a Companhia registrou no balanço de 2009 o montante de R\$ 2.062 Milhões.

### **Governança Corporativa**

A CEEE-D possui um conjunto de ferramentas e práticas que lhes garante o relacionamento entre seus acionistas, conselheiros, executivos, auditores internos e independentes, otimizando o desempenho das empresas e protegendo os direitos das partes interessadas.

A Empresa já tem as seguintes práticas:

- Conselhos de Administração e Fiscal;
- Divulgação de informação à CVM e Bovespa;
- Política de Negociação e Divulgação de Informações - CVM;
- Relacionamentos com Auditores Independentes;
- Balanços auditados com demonstrativos exigidos legalmente;
- Informações Anuais;
- Informações Materiais esclarecidas como “Fato Relevante”;
- Divulgações extras na forma de Comunicado ao Mercado;
- Elaboração de Relatórios Internos;
- Divulgação de contratos firmados entre a Companhia e Partes Relacionadas;

Com o objetivo de atender a Lei nº 11.638/07 e adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS -, a Diretoria da CEEE-D constituiu Grupo de Trabalho Operacional através de Resolução, buscando as adequações as alterações da Lei.

A CEEE-D vem buscando formatar uma estrutura de Governança Corporativa com aplicação de melhores práticas de governança através do Programa de Melhoria da Gestão da Administração Pública – PMG AP baseado no modelo dos Critérios de Excelência do PGQP com objetivo de produzir os insumos necessários para o estabelecimento de um Plano de Melhoria da Gestão, a partir das oportunidades de melhoria identificadas.



As ações da CEEE-D são negociadas na BOVESPA, com pouca movimentação, tendo em vista a pequena quantidade de ações em circulação no mercado.

### **Programa de Melhoria dos Processos de Gestão – Pró-gestão**

No período de janeiro a março de 2009 foi realizado pelo *Qualidade RS* (PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade), um diagnóstico do Sistema de Gestão da CEEE-D, onde foram levantados vários pontos críticos em relação ao Modelo de Excelência da Gestão – MEG.

A partir desta análise dos pontos críticos, resultaram cinco recomendações, resumidamente:

- 1) Estruturar e implementar processo de formulação das estratégias definindo objetivos, indicadores, metas e planos de ações;
- 2) Implementar a gestão de processos;
- 3) Revisar processo de elaboração de orçamento e de gerenciamento do fluxo de caixa;
- 4) Revisar a estrutura organizacional, e
- 5) Desenvolver e disseminar a cultura da excelência na organização.

Para auxiliar a CEEE-D, a implementar o Pró-Gestão, três consultorias foram contratadas: INDG, LUCEM e MVB.

Dando andamento ao Programa, seis frentes de trabalho iniciaram as tarefas em julho de 2009, a saber:

- 1) Gestão Estratégica;
- 2) Gestão Orçamentária;
- 3) Gestão de Processos;
- 4) Programa de comunicação interna e externa;
- 5) Desenvolvimento de lideranças;
- 6) Análise de Aderência e atualização do SIG para ERP.

Atualmente, o Pró-Gestão encontra-se na fase de conclusão do mapeamento dos processos e, de acordo com o cronograma previsto, os trabalhos serão finalizados em outubro de 2010.

Em síntese, o elemento comum a esses três fatos é o empenho da CEEE-D em buscar excelência na Gestão, com foco nos resultados e que impulse o crescimento da Empresa.

Do ponto de vista social, a CEEE-D tem se pautado por ações que busquem a sustentabilidade, a cidadania, a geração de renda e melhoria da qualidade de vida, na sua área de concessão. Tais ações trarão repercussões sobre os resultados operacionais, a médio e longo prazo, elevando o retorno sobre o investimento, na medida em que aumentam a arrecadação.

### **Projeções Econômico-Financeiras**

A expectativa de realização, dos anos de 2009 a 2014, é apresentada nas tabelas seguintes. Estas projeções são fundamentadas em séries históricas da Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica, considerando eventos factíveis de realização. A projeção da empresa CEEE-D demonstram claramente tendência de aumento significativo no lucro das empresas nos exercícios 2010-2014.

Igualmente nota-se um incremento significativo na margem EBITDA, demonstrando que no decorrer dos anos este importante indicador tem desempenho crescente, comprovando a melhora no desempenho econômico-financeira das empresas.

## Projeções Contábeis CEEE-D – Cenário somente com CRC

### DRE

R\$ mil

## PROJETADO COM CRC

Descrição	2009 REALIZADO	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Receita Operacional</b>	2.475.175	2.631.170	2.761.263	2.930.683	3.444.349	3.721.287
Forn. Energia Elétrica	2.437.069	2.607.246	2.735.562	2.903.953	3.416.518	3.692.278
Outras	38.106	23.924	25.701	26.730	27.831	29.009
<b>(-) Ded. à Rec. Operacional</b>	(818.924)	(873.898)	(898.915)	(941.860)	(1.129.939)	(1.209.595)
ICMS, Pasep e Cofins	(660.294)	(685.990)	(727.658)	(772.678)	(917.993)	(992.404)
CCC/CDE	(127.102)	(135.842)	(138.563)	(141.599)	(182.859)	(187.240)
RGR/FNDCT/P&D/PACDEE/TXS	(31.528)	(52.066)	(32.694)	(27.584)	(29.087)	(29.952)
<b>(=) Rec. Oper. Líquida</b>	1.656.251	1.757.272	1.862.348	1.988.822	2.314.410	2.511.692
<b>(-) Desp. Operacional</b>	(1.838.458)	(1.795.284)	(1.911.389)	(1.986.127)	(2.210.322)	(2.304.044)
Pessoal	(253.205)	(281.699)	(300.449)	(319.297)	(287.974)	(309.192)
Mat., Serv. e Diversas	(250.734)	(108.357)	(117.434)	(124.982)	(135.758)	(144.915)
Energia Comprada	(1.077.480)	(1.150.881)	(1.235.818)	(1.280.358)	(1.520.961)	(1.578.157)
Deprec./Amortização	(76.516)	(86.556)	(93.961)	(101.701)	(125.067)	(136.618)
Prov. Trabalhista	(65.472)	(73.744)	(70.227)	(67.154)	(49.667)	(46.341)
Aposentados Ex Aut.	(115.051)	(94.047)	(93.500)	(92.635)	(90.896)	(88.821)
Conta de Resultado a Compensar - CRC	2.064.645					
<b>(=) Result. da Atividade</b>	1.882.438	(38.012)	(49.041)	2.695	104.088	207.648
Ebtida	1.958.954	48.543	44.920	104.396	229.155	344.265
Margem Ebtida	118,28%	2,76%	2,41%	5,25%	9,90%	13,71%
<b>(+/-) Rec./Desp. Financ.</b>	23.280	104.822	115.879	117.038	158.959	148.663
Encargos de Dívidas	(9.221)	(50.904)	(70.808)	(56.432)	(34.934)	(20.066)
Var. Mon. e Cambiais	(6.440)	(40.414)	(50.615)	(65.462)	(46.195)	(44.479)
Outras	38.941	56.140	57.302	58.932	67.511	67.565
Juros s/ Cap. Próprio	0	0	0	0	(27.424)	(54.359)
Ajuste CRC	0	140.000	180.000	180.000	200.000	200.000
<b>(=) Resultado Operac.</b>	1.905.718	66.810	66.838	119.733	263.047	356.310
<b>(=) Lucro/Prej. a/IR e CS</b>	1.905.718	66.810	66.838	119.733	263.047	356.310
(-) Prov. p/ Imp. Renda	0	0	0	0	(6.307)	(28.571)
(-) Prov. p/ Contr. Soc.	0	0	0	0	(2.270)	(10.286)
(-) Rev. IR/CS Diferidos	0	(4.979)	(5.957)	(6.680)	(12.859)	(14.288)
(-) Rev. Juros s/Cap.Pr.	0	0	0	0	27.424	54.359
<b>(=) Lucro/Prej. Líqu.</b>	1.905.718	61.831	60.881	113.053	269.034	357.523

## Projeções Contábeis CEEE-D – Cenário somente com Novos Investimentos

### DRE

R\$ mil						
PROJETADO COM NOVOS INVESTIMENTOS						
Descrição	2009 REALIZADO	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Receita Operacional</b>	2.475.175	2.650.064	2.799.820	2.989.699	3.524.661	3.823.772
Forn. Energia Elétrica	2.437.069	2.607.246	2.735.562	2.903.953	3.416.518	3.692.278
Outras	38.106	23.924	25.701	26.730	27.831	29.009
Receita Novos Investimentos	0	18.894	38.557	59.016	80.312	102.485
<b>(-) Ded. à Rec. Operacional</b>	(818.924)	(873.898)	(898.915)	(941.860)	(1.129.939)	(1.209.595)
ICMS, Pasep e Cofins	(660.294)	(685.990)	(727.658)	(772.678)	(917.993)	(992.404)
CCC/CDE	(127.102)	(135.842)	(138.563)	(141.599)	(182.859)	(187.240)
RGR/FNDCT/P&D/PACDEE/TXS	(31.528)	(52.066)	(32.694)	(27.584)	(29.087)	(29.952)
<b>(=) Rec. Oper. Líquida</b>	1.656.251	1.776.165	1.900.905	2.047.839	2.394.722	2.614.176
<b>(-) Desp. Operacional</b>	(1.838.458)	(1.795.284)	(1.911.389)	(1.986.127)	(2.210.322)	(2.304.044)
Pessoal	(253.205)	(281.699)	(300.449)	(319.297)	(287.974)	(309.192)
Mat., Serv. e Diversas	(250.734)	(108.357)	(117.434)	(124.982)	(135.758)	(144.915)
Energia Comprada	(1.077.480)	(1.150.881)	(1.235.818)	(1.280.358)	(1.520.961)	(1.578.157)
Deprec./Amortização	(76.516)	(86.556)	(93.961)	(101.701)	(125.067)	(136.618)
Prov. Trabalhista	(65.472)	(73.744)	(70.227)	(67.154)	(49.667)	(46.341)
Aposentados Ex Aut.	(115.051)	(94.047)	(93.500)	(92.635)	(90.896)	(88.821)
Conta de Resultado a Compensar - CRC	2.064.645					
<b>(=) Result. da Atividade</b>	1.882.438	(19.119)	(10.484)	61.712	184.400	310.132
<b>Ebtida</b>	1.958.954	67.437	83.477	163.412	309.467	446.750
<b>Margem Ebtida</b>	118,28%	3,80%	4,39%	7,98%	12,92%	17,09%
<b>(+/-) Rec./Desp. Financ.</b>	23.280	(26.781)	(46.985)	(36.733)	(5.347)	(5.789)
Encargos de Dívidas	(9.221)	(50.904)	(70.808)	(56.432)	(34.934)	(20.066)
Var. Mon. e Cambiais	(6.440)	(40.414)	(50.615)	(65.462)	(46.195)	(44.479)
Outras	38.941	56.140	57.302	58.932	67.511	67.565
Juros s/ Cap. Próprio	0	0	0	0	(27.424)	(54.359)
Desp. fin. Novos Empréstimos	0	8.397	17.136	26.230	35.694	45.549
<b>(=) Resultado Operac.</b>	1.905.718	(45.899)	(57.469)	24.979	179.053	304.344
<b>(=) Lucro/Prej. a/IR e CS</b>	1.905.718	(45.899)	(57.469)	24.979	179.053	304.344
(-) Prov. p/ Imp. Renda	0	0	0	0	(6.307)	(28.571)
(-) Prov. p/ Contr. Soc.	0	0	0	0	(2.270)	(10.286)
(-) Rev. IR/CS Diferidos	0	(4.979)	(5.957)	(6.680)	(12.859)	(14.288)
(-) Rev. Juros s/Cap.Pr.	0	0	0	0	27.424	54.359
<b>(=) Lucro/Prej. Líqu.</b>	1.905.718	(50.879)	(63.426)	18.299	185.041	305.557

**Projeções Contábeis CEEE-D – Cenário com Novos Investimentos e CRC.**

**DRE**

R\$ mil	PROJETADO COM CRC E NOVOS INVESTIMENTOS					
Descrição	2009 REALIZADO	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Receita Operacional</b>	2.475.175	2.645.840	2.794.827	2.983.909	3.518.035	3.816.269
Forn. Energia Elétrica	2.437.069	2.607.246	2.735.562	2.903.953	3.416.518	3.692.278
Outras	38.106	23.924	25.701	26.730	27.831	29.009
Receita Novos Investimentos	0	14.670	33.564	53.227	73.686	94.982
<b>(-) Ded. à Rec. Operacional</b>	(818.924)	(873.898)	(898.915)	(941.860)	(1.129.939)	(1.209.595)
ICMS, Pasep e Cofins	(660.294)	(685.990)	(727.658)	(772.678)	(917.993)	(992.404)
CCC/CDE	(127.102)	(135.842)	(138.563)	(141.599)	(182.859)	(187.240)
RGR/FNDCT/P&D/PACDEE/TXS	(31.528)	(52.066)	(32.694)	(27.584)	(29.087)	(29.952)
<b>(=) Rec. Oper. Líquida</b>	1.656.251	1.771.942	1.895.912	2.042.049	2.388.097	2.606.674
<b>(-) Desp. Operacional</b>	(1.838.458)	(1.795.284)	(1.911.389)	(1.986.127)	(2.210.322)	(2.304.044)
Pessoal	(253.205)	(281.699)	(300.449)	(319.297)	(287.974)	(309.192)
Mat., Serv. e Diversas	(250.734)	(108.357)	(117.434)	(124.982)	(135.758)	(144.915)
Energia Comprada	(1.077.480)	(1.150.881)	(1.235.818)	(1.280.358)	(1.520.961)	(1.578.157)
Deprec./Amortização	(76.516)	(86.556)	(93.961)	(101.701)	(125.067)	(136.618)
Prov. Trabalhista	(65.472)	(73.744)	(70.227)	(67.154)	(49.667)	(46.341)
Aposentados Ex Aut.	(115.051)	(94.047)	(93.500)	(92.635)	(90.896)	(88.821)
Conta de Resultado a Compensar - CRC	2.064.645					
<b>(=) Result. da Atividade</b>	1.882.438	(23.342)	(15.477)	55.922	177.774	302.630
Ebtida	1.958.954	63.213	78.484	157.623	302.841	439.247
Margem Ebtida	118,28%	3,57%	4,14%	7,72%	12,68%	16,85%
<b>(+/-) Rec./Desp. Financ.</b>	23.280	111.342	130.796	140.694	191.708	190.877
Encargos de Dívidas	(9.221)	(50.904)	(70.808)	(56.432)	(34.934)	(20.066)
Var. Mon. e Cambiais	(6.440)	(40.414)	(50.615)	(65.462)	(46.195)	(44.479)
Outras	38.941	56.140	57.302	58.932	67.511	67.565
Juros s/ Cap. Próprio	0	0	0	0	(27.424)	(54.359)
Ajuste CRC	0	140.000	180.000	180.000	200.000	200.000
Desp. Fin. Novos Investimentos	0	6.520	14.917	23.656	32.750	42.214
<b>(=) Resultado Operac.</b>	1.905.718	88.000	115.319	196.616	369.483	493.506
<b>(=) Lucro/Prej. a/IR e CS</b>	1.905.718	88.000	115.319	196.616	369.483	493.506
(-) Prov. p/ Imp. Renda	0	0	0	0	(6.307)	(28.571)
(-) Prov. p/ Contr. Soc.	0	0	0	0	(2.270)	(10.286)
(-) Rev. IR/CS Diferidos	0	(4.979)	(5.957)	(6.680)	(12.859)	(14.288)
(-) Rev. Juros s/Cap.Pr.	0	0	0	0	27.424	54.359
<b>(=) Lucro/Prej. Líqu.</b>	1.905.718	83.021	109.362	189.936	375.470	494.719

## **Análise dos Resultados da CEEE-D**

A análise compreende os resultados da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

### **Resultados Históricos**

INDICADORES	2009	2008	2007
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	1.372.099	1.091.069	1.199.415
Ativo Circulante + Ativo Realizável Longo Prazo	3.024.995	920.157	886.436
Passivo Circulante + Passivo Exigível Longo Prazo	2.095.736	1.844.789	1.766.025
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas	463.732	200.458	182.606
Receita Operacional Bruta	2.475.175	2.370.957	2.130.698
Faturamento Líquido (faturamento -ICMS)	1.934.337	1.857.364	1.666.299
Receita Operacional Líquida	1.656.251	1.618.315	1.384.636
Resultado do Serviço (Lucro Operacional)	1.882.438	(14.944)	6.633
Lucro (Prejuízo) do Exercício	1.905.718	15.908	6.299
EBIT ( Rédito Serviço Público - inclui custo de Depreciação e Amortização)	1.882.438	(14.944)	6.633
EBTIDA (resultado antes da Depreciação, Amortização, juros e impostos )	1.958.954	59.734	75.584
<b>Ativo Total</b>	4.032.938	1.869.659	1.782.007
<b>Patrimônio Líquido</b>	1.937.202	24.870	15.982
lucratividade líquida = Margem Bruta% (Lucro/Prej/ROL)	115,062	0,983	0,455
Endividamento Geral % (PELP/Ativo Total)	34,022	58,357	67,307
Endividamento Financeiro % (Empr.Financ. + Enc.Dív./Ativo Total)	11,50	10,72	10,25
Margem Operacional= Lucratividade operacional (%) (Res.Sev/ROL)	113,66	(0,92)	0,48
Liquidez Geral R\$ (AC+ARLP/PC+PELP)	1,44	0,50	0,50

### **Receita Operacional Bruta**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2007	2008	2009
Fornecimento de Energia Elétrica	852.601	1.053.564	1.012.833
Disponibilização do Sistema e Distribuição	1.254.685	1.294.386	1.424.236
Energia Elétrica de Curto Prazo	8.397	7.051	920
Outras Receitas Operacionais	15.015	15.956	37.186
<b>Total</b>	<b>2.130.698</b>	<b>2.370.957</b>	<b>2.475.175</b>

Dentre os itens de maior representatividade na composição da Receita Operacional está a disponibilização do sistema de Distribuição, que no ano de 2007 significou 58,89% do total da receita, 54,59% e **57,54%** nos exercícios respectivos.

### Composição do Fornecimento de Energia Elétrica

FORNECIMENTO R\$	2007	2008	2009
Residencial .....	335.926	388.612	393.702
Industrial .....	172.210	232.830	203.165
Comercial .....	240.675	291.784	301.079
Rural .....	30.291	46.115	38.492
Outros .....	73.499	94.223	76.395
<b>Total</b>	<b>852.601</b>	<b>1.053.564</b>	<b>1.012.833</b>

Cabe destacar que a partir do exercício de 2006 a ANEEL solicitou a reclassificação de uma parcela significativa do Fornecimento de Energia Elétrica para dentro do item Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição.

### Deduções

DEDUÇÕES	2007	2008	2009
ICMS/ISS	(464.399)	(513.593)	(540.838)
PASEP e COFINS	(105.616)	(119.651)	(119.456)
Quota RGR	(19.550)	(5.388)	(14.131)
Outros Encargos	(640)	(823)	(962)
Subvenções CCC	(80.478)	(34.738)	(64.877)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(61.588)	(62.683)	(62.225)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(13.791)	(15.766)	(16.435)
<b>Total</b>	<b>(746.062)</b>	<b>(752.642)</b>	<b>(818.924)</b>

Tendo em vista que parte das deduções (ICMS/ISS, PASEP e COFINS) são impostos sobre a receita bruta, a mutação verificada decorre diretamente das variações ocorridas no grupo de receitas, já os valores relativos a P&D/MME/FNDCT/PEE correspondem a 1% da receita operacional líquida, os quais são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica, que resultam em economia e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora. Dessa dedução 0,5% é destinado para o PEE (Programa de Eficiência Energética) e 0,5% para o P&D (Programa de Pesquisa e Desenvolvimento) sendo esse último dividido para aplicação de projetos, em



40% para o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e 60% para o MME (Ministério de Minas e Energia). Cabe ressaltar que o Programa de Eficiência Energética é exclusivo das distribuidoras de energia elétrica. Para as empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica o percentual de 1% é aplicado integralmente nos programas de Pesquisa e Desenvolvimento.

As demais rubricas pertencentes ao grupo das deduções da receita são RGR, CCC e CDE, as quais fazem parte dos itens não gerenciáveis pelas concessionárias de energia elétrica por serem fixados através de Resoluções pela agência reguladora – ANEEL.

### Custos e Despesas

Os custos e despesas totalizaram R\$ 1.382.602, em 2007, R\$ 1.639.219, em 2008 e R\$ 1.842.453 em 2009, apresentando uma variação de 18,56% do ano de 2007 para o ano de 2008 e 12,40% de 2008 para 2009, dos valores nominais.

#### Composição dos itens que compõem custos e despesas:

<b>Custo com Energia Elétrica</b>	<b>2007</b>	<b>Variação</b>	<b>2008</b>	<b>Variação</b>	<b>2009</b>
Custo com Energia Elétrica	(753.659)	13,8%	(857.999)	0,6%	(863.056)
Encargo de Uso do Sistema	(163.611)	10,9%	(181.386)	18,2%	(214.424)
<b>Total</b>	<b>(917.270)</b>	<b>13,3%</b>	<b>(1.039.385)</b>	<b>3,7%</b>	<b>(1.077.480)</b>
<b>Custo de Operação</b>	<b>2007</b>	<b>Variação</b>	<b>2008</b>	<b>Variação</b>	<b>2009</b>
Pessoal e Administradores	(153.510)	2,8%	(157.765)	23,5%	(194.788)
Material	(9.220)	2,5%	(9.453)	56,2%	(14.761)
Serviço de Terceiros	(51.511)	-4,4%	(49.268)	17,3%	(57.798)
Depreciação e Amortização	(66.797)	8,8%	(72.665)	2,3%	(74.369)
Outros	(13.258)	-32,8%	(8.907)	28,7%	(11.462)
<b>Total</b>	<b>(294.296)</b>	<b>1,3%</b>	<b>(298.058)</b>	<b>18,5%</b>	<b>(353.178)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>2007</b>	<b>Variação</b>	<b>2008</b>	<b>Variação</b>	<b>2009</b>
Despesas com Vendas	(16.955)	65,1%	(27.986)	24,2%	(34.755)
Despesas Gerais e Administrativas	(30.700)	44,6%	(44.405)	38,5%	(61.504)
Outras Despesas Operacionais	(123.381)	85,9%	(229.385)	37,6%	(315.536)
<b>Total</b>	<b>(171.036)</b>	<b>76,4%</b>	<b>(301.776)</b>	<b>36,5%</b>	<b>(411.795)</b>
<b>Total Geral de Custos e Despesas</b>	<b>(1.382.602)</b>	<b>18,6%</b>	<b>(1.639.219)</b>	<b>12,4%</b>	<b>(1.842.453)</b>

Analisando verticalmente os dados verifica-se que, em todos os períodos, os valores que mais contribuem para a formação desse saldo são o custo com energia elétrica, o custo de operação relacionado a pessoal e administradores

e as outras despesas operacionais, os quais tiverem participação no total de 74,53%, 75,96% e 74,54%, respectivamente, em cada período apresentado.

Em 2007, as despesas mais relevantes foram: Provisões Ex-Autárquicos no valor de R\$ 72.188 e Provisões Cíveis de R\$ 65.487, do total de outras despesas operacionais de R\$ 118.782, cabe ressaltar que nesse ano houve um fato atípico que foi a redução das despesas em R\$ 97.050, relativa à devolução RTE – Resolução ANEEL 380/06.

O custo de operação relativo a pessoal e administradores em 2008 apresentou um aumento de 24,7% em relação a 2007.

Em 2007 a energia comprada apresentou aumento de 22,9%, fato que se repetiu em 2008 com variação de 16,2%, no exercício de 2009 o custo com energia elétrica permanece constante. Nesse mesmo ano, 2007, houve uma recuperação de despesa no valor de R\$ 97.050 relativa à amortização do saldo da devolução tarifária ocorrida em 2006, conforme resolução citada anteriormente.

Em 2008 as mesmas categorias de despesas foram relevantes, sendo Provisões Ex-Autárquicos no valor de R\$ 132.134 e Provisões Cíveis de R\$ 54.116, do total de outras despesas operacionais de R\$ 223.425.

### **Pontos relevantes do Exercício:**

O custo de operação com materiais, serviços de terceiros e pessoal e administradores foram os itens com maior elevação, alcançando R\$ 267.347 em 2009, superior em 23,49% àquele de 2008, que foi de R\$ 216.486. As despesas operacionais apresentaram incremento de 36,46% em 2009, totalizando R\$ 411.795, sendo que em 2008 eram R\$ 301.776.

Provisão da multa referente à Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e à Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), ocorrida em março de 2009, no valor de R\$ 15.111 e o aumento de um ano para o outro, na ordem de R\$ 54.038, referente às contingências trabalhistas.

## EBITDA

EBITDA significa, Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization.

Elemento de avaliação que mede a geração de caixa nas operações da empresa, antes que seja afetada pelos encargos financeiros e débitos contábeis.

É também um Instrumento de análise de desempenho de empresas e setores empresariais, que avalia o lucro operacional antes do lançamento:

- a) de despesas não-operacionais (juros e impostos);
- b) de despesas que não impactam o caixa das empresas (depreciações e amortizações).

Busca determinar o fluxo de caixa operacional baseado nos dados contábeis da empresa.

Os valores encontrados são mais significantes em empresas submetidas a depreciações consideráveis, como a indústria de bens de capital, de capital intensivo, ou em casos em que a empresa possui um montante significativo de ativos intangíveis (marcas, patentes).

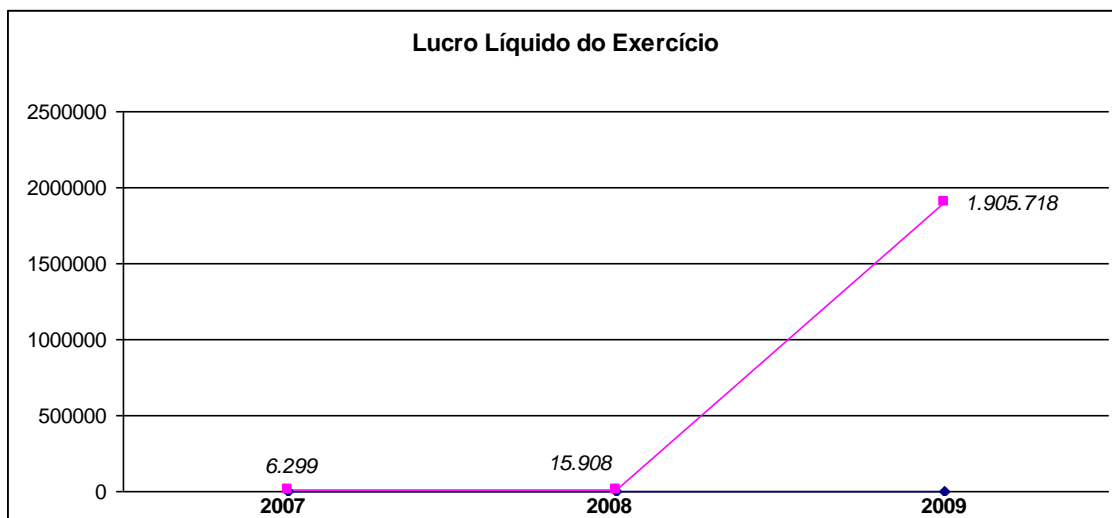
É indicador representativo em empresas de grande porte, e relativamente ineficaz em empresas pequenas, com passivo pequeno ou irrelevante.

	2007	2008	2009
Receita operacional líquida	1.384.636	1.618.315	1.656.251
( - ) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.211.566)	(1.337.443)	(1.430.658)
( - ) Despesas Operacionais	(171.036)	(301.776)	(411.795)
(+/-) Outras Receitas/Outras Despesas	4.599	5.960	2.068.640
( = ) Resultado do Serviço	6.633	(14.944)	1.882.438
( + ) Depreciação/Amortização	68.951	74.678	76.516
<b>EBITDA</b>	<b>75.584</b>	<b>59.734</b>	<b>1.958.954</b>

Os percentuais de variação de 2007 a 2009 foram, respectivamente, uma redução 20,97% e um aumento 3.179,46%, conforme plano de contas da ANEEL.

### Lucro/Prejuízo do Exercício

Desempenho do resultado da CEEE-D dos exercícios de 2007 a 2009:



#### 4.1.4 Indicação de Contragarantias

Em consonância com a legislação, quando da execução da operação, as contragarantias serão exigidas do Estado do Rio Grande do Sul, conforme forem sendo conduzidas as etapas do financiamento.

Nesta ocasião, o Executivo Estadual, deverá ser autorizado por Lei, a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Como contragarantias adicionais, da empresa proponente, podemos considerar:

- As ações de empresas do Grupo CEEE ( Garantia Corporativa)
- CRC (ação já transitada em julgado, devidamente explicada em item anterior)

## **4.2 Informações sobre o Executor e Co-Executore(es)**

### **4.2.1 Identificação do Executor**

O executor é a CEEE-D, que implementará uma estrutura específica para acompanhamento dos projetos e do relacionamento com o órgão financiador.

Informamos que o executor, co-executor e mutuário são o mesmo, no caso a CEEE-D.

### **4.2.2 Identificação de Co-Executor (es)**

O executor, Co-Executor e Mutuário é a CEEE-D.

### **4.2.3 Experiências do executor e do(s) co-executor(es) com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras**

Como já foi dito, na década de 80 a CEEE obteve financiamentos internacionais junto a órgãos financiadores mundiais, alguns já quitados como do BIRD e outros com Bancos Privados Internacionais que ainda estão sendo amortizados.

### **4.2.4 Ações necessárias para fortalecimento institucional do executor e do(s) co-executor (es)**

Conforme ficou claro na Descrição dos Arranjos Institucionais, a CEEE-D está criando uma Unidade de Preparação do Programa (UPP), a qual, após a Assinatura do Contrato de Empréstimo, transformar-se-á na Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP). Esta Unidade contará com técnicos de todas as Diretorias da Empresa, e será coordenada por técnico indicado pela Presidência. Também ficou claro ao longo desta Carta Consulta que a Empresa teve poucas experiências internacionais de crédito, e, mesmo assim, estas experiências se verificaram no início da década de 80, o que nos autoriza a imaginar alguma necessidade de Reforço Institucional, reforço este bastante concentrado na UPP/UGP, e, ainda, com uma ênfase inicial nas atividades chamadas de “fiduciárias”, ou seja, naquelas atividades mais vinculadas à

desembolsos, manejo financeiro, auditoria internacional, licitações internacionais, termos de referência, etc. Ao longo da Preparação do Programa e, no decorrer da Execução do mesmo, todos os integrantes da UPP/UGP deverão ser capacitados em todos os aspectos “fiduciários” que digam respeito às operações de crédito internacional, com ênfase nas regras do Organismo Financiador Escolhido. Finalmente, é intenção da empresa, aproveitar a larga experiência do Organismo Financiador Multilateral escolhido, e estabelecer um intercâmbio técnico na área da energia elétrica, seja nas questões técnicas de engenharia, sejam nas questões financeiras, ou, ainda, nas questões institucionais. Para tanto, alguma previsão de Reforço Institucional será previsto no Componente correspondente.

## **5. Detalhamento Físico-Financeiro das Propostas**

### **5.1 Cronograma Anual Físico Financeiro**

No Quadro III em anexo, consta o cronograma físico-financeiro da proposta, divididos em componentes, sub-componentes bem como o detalhamento das fontes de recursos.

## **6. Responsáveis pelo Contato com a Secretaria Executiva da COFIEX**

### **TITULAR**

NOME:	Sérgio Camps de Moraes
CARGO:	Diretor-Presidente da CEEE-D
ÓRGÃO	Presidência
TELEFONE:	(51) 3382-4500
ENDEREÇO:	Av. Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio A1, sala 720
CEP:	91410-400
FAX:	( 55 51) 3382-5795
E-MAIL:	<a href="mailto:presidencia@ceee.com.br">presidencia@ceee.com.br</a>

**SUBSTITUTO**

NOME: Rubens Alessandro Selinke  
CARGO: Assistente Executivo do Diretor-Presidente  
ÓRGÃO: Presidência  
TELEFONE: (51) 3382-4280  
ENDEREÇO: Av. Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio A1, sala 720  
CEP: 91410-400  
FAX: ( 55 51) 3382-5795 (55 51 8448-8104)  
E-MAIL: [selinke@ceee.com.br](mailto:selinke@ceee.com.br)

**7. ANEXOS**



**QUADRO I**

**EXPERIÊNCIAS COM ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS  
E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS**

	AGÊNCIA	TÍTULO DO PROJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR (US\$ 1.000)			PRAZOS DE EXECUÇÃO (ANOS)	
				EMPRÉSTIMO	DESEMBOLSADO		ORIGINAL	EFETIVO
					VALOR	%		
<b>MUTUÁRIO</b>	CEEE	Aliança para o progresso – Acordo de pagamento Brasil – EUA: Projeto da UHE Passo Real	512-L-075 de 30/06/1969	US\$ 27,400,000.00	US\$ 27,400,000.00	100 %		
<b>EXECUTOR</b>	CEEE							
<b>CO-EXECUTOR</b>	CEEE							
	AGÊNCIA	TÍTULO DO PROJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR (US\$ 1.000)			PRAZOS DE EXECUÇÃO (ANOS)	
				EMPRÉSTIMO	DESEMBOLSADO		ORIGINAL	EFETIVO
					VALOR	%		
<b>MUTUÁRIO</b>	CEEE	BIRD	1.824-BR de 14/04/1980	US\$ 114,000,000.00	US\$ 40,852,000.00	36 %	5 anos	5 anos
<b>EXECUTOR</b>	CEEE							
<b>CO-EXECUTOR</b>	CEEE							

## QUADRO II

### CRONOGRAMA DE COMPROMISSOS



Relatório: Resumo da Dívida Interna Plurianual - Distribuição - R\$

Data Referência: 31/10/2009

R\$ Mil

		Em Atraso	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014	TOTAL
TOTAL DA DÍVIDA INTERNA	P	0	27.992	144.913	109.701	73.012	71.160	72.107	109.703	608.588
	E	0	5.650	28.993	23.638	11.641	9.592	7.492	11.165	98.171
	S	0	33.642	173.906	133.339	84.652	80.753	79.599	120.868	706.759
Moeda Nacional - Eletrobrás	P	0	3.318	9.985	2.507	2.507	2.507	2.284	9.035	32.145
	E	0	454	1.706	1.266	1.107	954	713	1.332	7.530
	S	0	3.772	11.691	3.773	3.614	3.461	2.996	10.368	39.675
Moeda Nacional - Fundação	P	0	2.705	16.230	16.230	16.230	16.230	16.230	58.157	142.012
	E	0	2.037	11.405	10.001	8.598	7.194	5.790	9.221	54.247
	S	0	4.742	27.635	26.231	24.828	23.424	22.020	67.379	196.259
Moeda Nacional - FIDC	P	0	8.885	55.423	60.650	40.941	39.090	40.260	21.400	266.649
	E	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S	0	8.885	55.423	60.650	40.941	39.090	40.260	21.400	266.649
Moeda Nacional - Banco do Brasil	P	0	167	1.052	1.148	0	0	0	0	2.366
	E	0	2	8	3	0	0	0	0	12
	S	0	168	1.059	1.151	0	0	0	0	2.378
Moeda Nacional - Santander	P	0	1.250	7.500	7.500	0	0	0	0	16.250
	E	0	349	2.467	3.133	0	0	0	0	5.949
	S	0	1.599	9.967	10.633	0	0	0	0	22.199
Moeda Nacional - Caixa	P	0	3.333	25.556	21.667	13.333	13.333	13.333	21.111	111.667
	E	0	2.306	12.568	9.235	1.936	1.445	990	612	29.091
	S	0	5.639	38.124	30.902	15.270	14.778	14.323	21.723	140.758
Moeda Nacional - Mútuo 2	P	0	8.333	29.167	0	0	0	0	0	37.500
	E	0	502	840	0	0	0	0	0	1.342
	S	0	8.835	30.007	0	0	0	0	0	38.842
Moeda Nacional - Mútuo 3	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	E	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DA DÍVIDA	P	0	27.992	144.913	109.701	73.012	71.160	72.107	109.703	608.588
	E	0	5.650	28.993	23.638	11.641	9.592	7.492	11.165	98.171
	S	0	33.642	173.906	133.339	84.652	80.753	79.599	120.868	706.759

## Quadro III - Cronograma Físico Financeiro

QUADRO III																				
CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO-FINANCEIRO																				
CEEE D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA																				
COMPONENTES	EXECUTOR	2010			2011			2012			2013			2014			VALORES TOTAIS ANO 0, I, II, III, IV, e V			
		BID 60%	CEEE 40%	TOTAL	BID 60%	CEEE 40%	TOTAL	BID 60%	CEEE 40%	TOTAL	BID 60%	CEEE 40%	TOTAL	BID 60%	CEEE 40%	TOTAL	BID 60%	CEEE 40%	TOTAL	%
		VALORES US\$ MIL			VALORES US\$ MIL			VALORES US\$ MIL			VALORES US\$ MIL			VALORES US\$ MIL			VALORES US\$ MIL			
COMPONENTE A - Obras no sistema de subtransmissão para atendimento ao crescimento do mercado	CEEE-D	15.607,12	10.404,75	26.011,87	22.021,75	14.681,16	36.702,91	23.163,38	15.442,25	38.605,63	3.343,82	2.229,21	5.573,03	1.286,00	857,33	2.143,33	65.422,06	43.614,71	109.036,77	54,9%
Implantação de 14 novas subestações.	CEEE-D	6.340,75	4.227,17	10.567,92	11.381,92	7.587,94	18.969,86	12.649,65	8.433,10	21.082,75	1.700,35	1.133,57	2.833,92	951,00	634,00	1.585,00	33.023,67	22.015,78	55.039,44	27,7%
Ampliação/adequação de 10 subestações.	CEEE-D	4.085,72	2.723,82	6.809,54	2.241,82	1.494,55	3.736,37	2.725,33	1.816,89	4.542,22	1.416,67	944,44	2.361,11	0,00	0,00	0,00	10.469,54	6.979,70	17.449,24	8,8%
Adequação e/ou construção de 19 linhas de transmissão.	CEEE-D	5.180,65	3.453,76	8.634,41	8.398,01	5.598,67	13.996,68	7.788,40	5.192,26	12.980,66	226,80	151,20	378,00	335,00	223,33	558,33	21.928,85	14.619,24	36.548,09	18,4%
COMPONENTE B: Obras no sistema de subtransmissão visando a melhoria das instalações	CEEE-D	1.727,84	1.151,89	2.879,73	1.278,07	852,04	2.130,11	1.282,07	854,71	2.136,78	1.326,34	884,23	2.210,57	1.259,60	839,73	2.099,33	6.873,91	4.582,61	11.456,51	5,8%
Substituição de 623 equipamentos em subestações (Modernização).	CEEE-D	1.194,50	796,33	1.990,84	744,73	496,49	1.241,22	748,73	499,16	1.247,89	793,01	528,67	1.321,68	726,27	484,18	1.210,44	4.207,24	2.804,83	7.012,07	3,5%
Implantação de sistema de telecomando e supervisão em 20 subestações.	CEEE-D	533,33	355,56	888,89	533,33	355,56	888,89	533,33	355,56	888,89	533,33	355,56	888,89	533,33	355,56	888,89	2.666,67	1.777,78	4.444,44	2,2%
COMPONENTE C: Obras nos sistema de média tensão da Distribuição para atendimento ao crescimento do mercado	CEEE-D	2.420,13	1.613,42	4.033,54	3.791,65	2.527,77	6.319,42	4.075,12	2.716,75	6.791,87	3.391,41	2.260,94	5.652,34	3.571,28	2.380,85	5.952,13	17.249,58	11.499,72	28.749,30	14,5%
Construção de 910 km de rede de distribuição - Média Tensão.	CEEE-D	2.420,13	1.613,42	4.033,54	3.058,32	2.038,88	5.097,20	3.225,12	2.150,08	5.375,20	3.391,41	2.260,94	5.652,34	3.571,28	2.380,85	5.952,13	15.666,25	10.444,16	26.110,41	13,1%
Expansão do sistema subterrâneo de Porto Alegre.	CEEE-D	0,00	0,00	0,00	733,33	488,89	1.222,22	850,00	566,67	1.416,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.583,33	1.055,56	2.638,89	1,3%
COMPONENTE D: Obras nos sistema de média tensão da Distribuição para melhoria da qualidade do fornecimento	CEEE-D	1.181,00	787,33	1.968,33	1.129,00	752,67	1.881,67	1.164,00	776,00	1.940,00	1.199,00	799,33	1.998,33	1.222,33	814,89	2.037,22	5.895,33	3.930,22	9.825,56	4,9%
Implantação de 558 equipamentos em rede de distribuição - Média Tensão.	CEEE-D	1.181,00	787,33	1.968,33	1.129,00	752,67	1.881,67	1.164,00	776,00	1.940,00	1.199,00	799,33	1.998,33	1.222,33	814,89	2.037,22	5.895,33	3.930,22	9.825,56	4,9%
COMPONENTE E: Modernização do Sistema Corporativo de Gestão	CEEE-D	0,00	0,00	0,00	6.120,00	4.080,00	10.200,00	6.120,00	4.080,00	10.200,00	5.100,00	3.400,00	8.500,00	4.080,00	2.720,00	6.800,00	21.420,00	14.280,00	35.700,00	18,0%
COMPONENTE F: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	CEEE-D	480,00	320,00	800,00	480,00	320,00	800,00	480,00	320,00	800,00	480,00	320,00	800,00	480,00	320,00	800,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	2,0%
Administração do Programa	CEEE-D	288,00	192,00	480,00	288,00	192,00	480,00	288,00	192,00	480,00	288,00	192,00	480,00	288,00	192,00	480,00	1.440,00	960,00	2.400,00	1,2%
Capacitação	CEEE-D	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	480,00	320,00	800,00	0,4%
Gestão	CEEE-D	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	96,00	64,00	160,00	480,00	320,00	800,00	0,4%
TOTAL EM US\$ MIL NA COTAÇÃO R\$ 1,80 = 1.00 US\$		21.416,08	14.277,39	35.693,47	34.820,46	23.213,64	58.034,11	36.284,57	24.189,71	60.474,28	14.840,56	9.893,71	24.734,27	11.899,21	7.932,81	19.832,02	119.260,88	79.507,26	198.768,14	100%
ATENÇÃO: Os valores a serem apresentados em QUADROS contidos na carta-consulta deverão estar expressos em mil dólares americanos (US\$ mil) e a taxa de câmbio adotada deve ficar explícita (1 US\$ = 1,80 R\$).																				

## Quadro de Usos de Recursos – CEEE D

### CEEE D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valores em U\$ x 1000

COMPONENTES	Obras	Equipamentos	Consultoria	Capacitação	Imprevistos e Outros	VALORES TOTAIS (U\$x1.000)
A - Obras no sistema de subtransmissão para atendimento ao crescimento do mercado	71.964	34.892	-	-	2.181	109.037
B: Obras no sistema de subtransmissão visando a melhoria das instalações	1.380	10.077	-	-	-	11.457
C: Obras nos sistema de média tensão da Distribuição para atendimento ao crescimento do mercado	28.174	-	-	-	575	28.749
D: Obras nos sistema de média tensão da Distribuição para melhoria da qualidade do fornecimento	1.680	8.145	-	-	-	9.826
E: Modernização do Sistema Corporativo de Gestão	-	35.700	-	-	-	35.700
F: Desenvolvimento Institucional	-	-	-	800	3.200	4.000
<b>Total (U\$ x 1.000)</b>	<b>103.198</b>	<b>88.814</b>	<b>-</b>	<b>800</b>	<b>5.956</b>	<b>198.768</b>